

# BMEP

Boletim Mensal de Economia  
Portuguesa

• Nº 10 | Outubro 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## **Ficha Técnica**

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Outubro de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de Outubro.

### **Editores**

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>1</b>
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
<b>Artigos</b>	<b>25</b>
Em Análise	27
Relacionamento económico com a Federação Russa	27
<i>Business Environment Rankings</i> 2008: Ambiente de negócio em Portugal	39
Ensaio	39
The Role of Foreign Direct Investment in the Structural Transformation of Portuguese Exports between 1995 and 2005*	39
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>39</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>39</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Em resposta à crise financeira internacional, seis bancos centrais, entre eles, o Banco Central Europeu, o Federal Reserve dos EUA e o Banco Central da Inglaterra, baixaram em 50 p.b. as taxas de juro de refinanciamento no dia 8 de Outubro, respectivamente para 3,75%, 1,5% e 4,5%.
- \* Após esta intervenção concertada dos bancos centrais, as taxas de juro a 3 meses iniciaram um movimento descendente, mais significativo na área do euro. Assim, no dia 21 de Outubro, a taxa de juro a 3 meses situou-se em 3,8% e 5% para os EUA e a área do euro, respectivamente (4,05% e 5,28% no final de Setembro).
- \* Nos EUA, os dados disponíveis para o 3º trimestre apontam para a continuação da quebra do investimento e uma estagnação do consumo privado, com a taxa de desemprego a subir para 6% (5,3% no 2º trimestre).
- \* No 3º trimestre, o indicador de sentimento económico da UE continuou em tendência descendente. Os indicadores relativos à procura interna evidenciaram um comportamento desfavorável e as exportações abrandaram. A taxa de desemprego aumentou ligeiramente para 7,5% em Agosto (7,4% em Julho).
- \* No início de Outubro, o preço *spot* do petróleo *Brent* registou uma quebra acentuada, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 21, registado um valor de 80,6USD/bbl, 17,9% abaixo da média do mês de Setembro.

### Conjuntura Nacional

- \* No 3º trimestre, o indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, apresentou uma evolução desfavorável, face ao 2º trimestre, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários na generalidade dos sectores, com excepção da indústria. A confiança dos consumidores melhorou neste período.
- \* Nos dois primeiros meses do 3º trimestre, a generalidade dos indicadores disponíveis para a actividade económica evidenciou uma evolução mais favorável, com excepção da construção, face ao trimestre precedente.
- \* A informação disponível para o 3º trimestre sugere um maior dinamismo do consumo privado e um comportamento diferenciado das componentes do investimento, com uma melhoria do segmento de material de transporte e uma evolução mais desfavorável da construção e dos outros bens de investimento.
- \* Em Setembro, a taxa de inflação homóloga foi de 3,1%, mais 0,5 p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,5 p.p. abaixo do verificado na área do euro. A taxa de inflação subjacente foi de 2,7% (mais 0,2 p.p. do que no mês anterior).
- \* Até Setembro, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, situou-se em 3572,1 milhões de euros, traduzindo um aumento de 113 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O excedente primário foi de 499,8 milhões de euros, 6 milhões de euros abaixo do registado no período homólogo de 2007. A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 1718,6 milhões de euros (621 milhões de euros acima do resultado do

período homólogo do ano anterior). Os Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e o SNS, apresentaram um excedente de 393,6 milhões de euros.

## Comércio Internacional

- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Julho de 2008, as “exportações” e as “importações” de mercadorias cresceram, em termos homólogos, respectivamente 5,1% e 10,8%.
- \* Segundo dados já disponíveis para o período de *Janeiro a Agosto de 2008* para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 13,1%, e as importações 24,4%.
- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Julho de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 7,1% em termos homólogos. Desse crescimento, 50,8% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- \* Das seis rubricas que maiores crescimentos homólogos revelaram nas “exportações” de Bens e Serviços, quatro pertencem à área dos Serviços: “Informação e Informática” (+37,9%), “Construção” (+26,3%), “Transportes” (+20,6%) e “Outros Fornecimentos por Empresas” (+14,5%). Entre os grupos de produtos destacaram-se os grupos “Energéticos” (+36,2%) e “Agro-alimentares” (+17,7%).
- \* No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os serviços de “Transportes” (20,8%), os grupos de produtos “Energéticos” (15,9%) e “Agro-alimentares” (15,4%), e os serviços de “Viagens e Turismo” (13,5%) e “Outros fornecimentos por empresas” (10,7%).

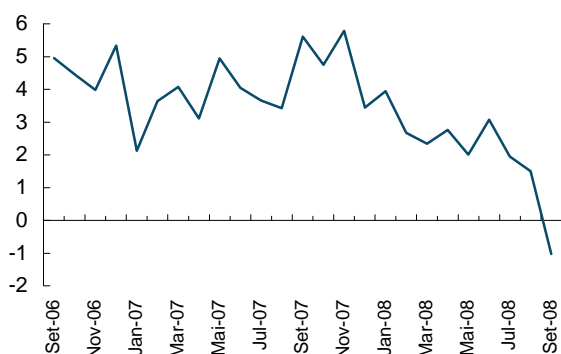
## 1. Enquadramento Internacional

### Actividade Económica Extra-UE

A turbulência dos mercados financeiros internacionais intensificou-se a partir de meados de Setembro, dando lugar à tomada de medidas nos EUA e na Europa, com vista a garantir a estabilização do sistema financeiro. Entre estas, destacam-se a aprovação do Plano *Paulson* nos EUA; a continuação da cedência de liquidez por parte dos bancos centrais; a prestação de garantias pelos Estados aos bancos e a intervenção coordenada de 6 bancos centrais na redução das taxas de juro directoras. Os efeitos da propagação da crise financeira internacional na economia real já começaram a ser visíveis. Para os **EUA**, no 3º trimestre, em termos homólogos:

- o consumo privado praticamente estagnou, tendo crescido 0,2% em termos reais, no conjunto dos meses de Julho e Agosto (1,3% no 2º trimestre) e as vendas a retalho abrandaram no período em referência, fortemente influenciadas pela quebra de 1%, em termos nominais, em Setembro;

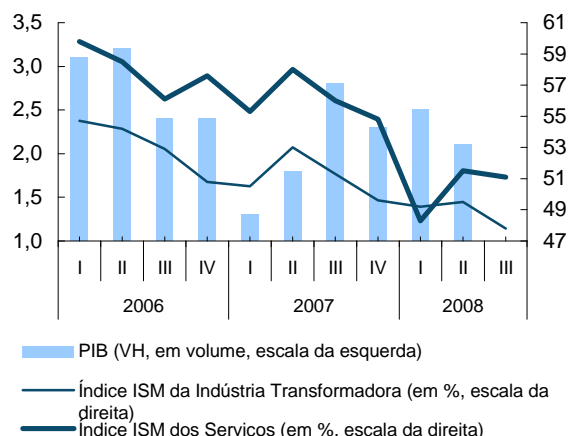
**Figura 1.1. Vendas a Retalho dos EUA**  
(VH nominal, em %)



Fonte: *Bureau of Economic Analysis*.

- o indicador de confiança da indústria enfraqueceu, e a produção industrial apresentou uma quebra;
- o investimento total em construção continuou a cair, influenciado pelo segmento residencial que diminuiu 29%, em média, no conjunto dos meses de Julho e Agosto (-28% no 2º trimestre);
- as exportações aumentaram 18%, em média, em termos nominais, nos meses de Julho e Agosto (18,7% no 2º trimestre).

**Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**

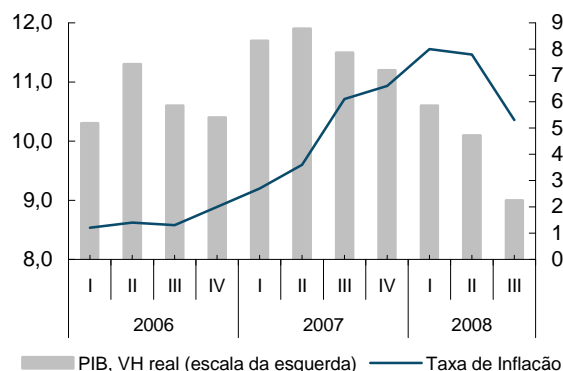


Fontes: *Bureau of Economic Analysis*; *Institute for Supply Management*.  
Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

A taxa de desemprego subiu para 6% no 3º trimestre (5,3% no 2º trimestre) e o total do emprego, excluindo o sector agrícola, diminuiu 0,2% em termos homólogos, a quebra mais significativa desde finais de 2003.

No 3º trimestre, o PIB da **China** desacelerou para 9% em termos homólogos reais (10,1% no 2º trimestre) devido, em parte, ao menor crescimento da procura interna. A taxa de inflação homóloga diminuiu para 5,3% (7,8% no 2º trimestre).

**Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China**



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

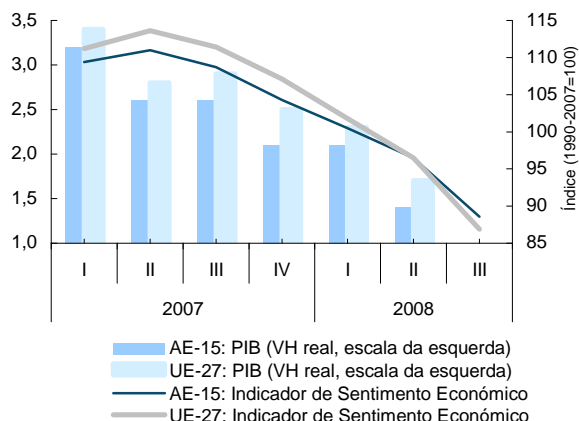
**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
EUA – PIB real	VH	BEA	2,0	2,8	2,3	2,5	2,1	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,7	1,8	2,1	1,8	0,3	-2,1	0,1	-0,5	-1,4	-4,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	51,3	49,6	49,2	49,5	47,8	50,2	50,0	49,9	43,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	56,0	54,8	48,3	51,5	51,1	49,9	49,6	51,6	52,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	85,7	77,5	72,9	59,6	64,8	56,4	61,2	63,0	70,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,7	4,8	4,9	5,3	6,0	5,5	5,7	6,1	6,1
China – PIB real	VH	NBSC	11,8	11,5	11,2	10,6	10,1	9,0	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	25,7	26,5	22,2	21,2	22,5	23,2	17,6	26,9	21,1	21,5
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,1	1,8	1,4	1,2	0,8	:	-	-	-	-

### Actividade Económica da UE

No 3º trimestre, o indicador do sentimento económico da União Europeia (UE) prosseguiu a sua trajectória descendente, tendo sido extensiva à generalidade dos países, com excepção da Hungria e da Eslováquia. Todas as componentes daquele indicador diminuíram tanto na UE como na área do euro, tendo neste último caso, os indicadores de confiança dos empresários da indústria transformadora e dos serviços, os que mais evoluíram negativamente.

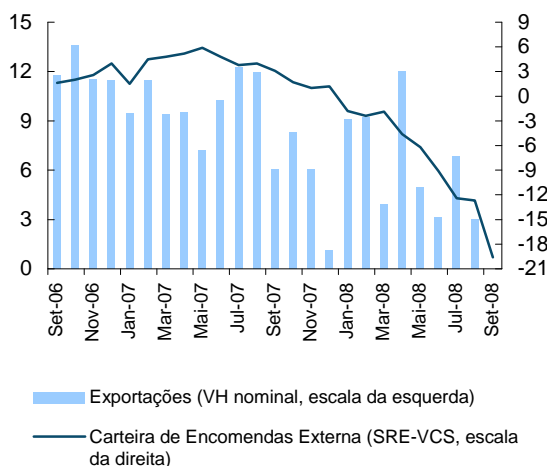
**Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro**



Fontes: CE; Eurostat.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro, indicam uma desaceleração da actividade económica.

**Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	2,9	2,5	2,3	1,7	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,4	107,1	101,8	96,5	86,9	94,5	88,8	86,7	85,2	
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	2,6	2,1	2,1	1,4	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	108,7	104,3	100,5	96,5	88,6	94,8	89,5	88,5	87,7	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	3,9	2,9	2,4	1,2	:	-0,2	-0,9	-0,7	:	
Índice de Vendas a retalho	VH real	"	1,0	1,3	0,0	-0,5	-1,5	:	-2,0	-2,3	-1,7	:	
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,4	7,3	7,2	7,4	:	7,4	7,4	7,5	:	
IHPC	VH	"	2,1	1,9	2,9	3,4	3,6	3,8	4,0	4,0	3,8	3,6	

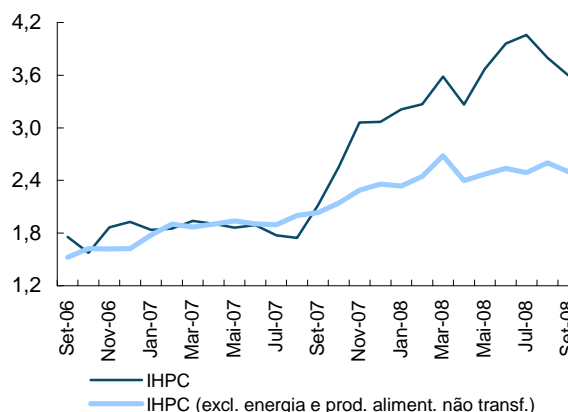
No conjunto dos meses de Julho e Agosto, em termos homólogos:

- as vendas a retalho registaram uma quebra de 2% em termos reais (-1,5% no 2º trimestre), salientando-se a diminuição significativa ocorrida em Espanha;
- a produção industrial apresentou uma quebra de 0,8% (+1,2% no 2º trimestre), em resultado de uma diminuição mais significativa da produção de bens de investimento e de bens de consumo duradouros;
- as exportações abrandaram para 4,9% em termos nominais (6,7% no 2º trimestre).

Em Agosto, a taxa de desemprego na área do euro aumentou ligeiramente para 7,5% (7,4% desde Maio), com destaque para o agravamento em Espanha, cuja taxa subiu para 11,3% (11% em Julho). As expectativas dos empresários quanto à criação de emprego deterioraram-se, em Setembro, para a generalidade dos sectores, com excepção dos serviços.

Em Setembro, a taxa de inflação da área do euro abrandou para 3,6% em termos homólogos (3,8% em Julho), mas subiu para 3,4% em termos de variação média dos últimos 12 meses (3,3% em Agosto). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados, diminuiu para 2,5% (2,6% em Agosto).

**Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)**

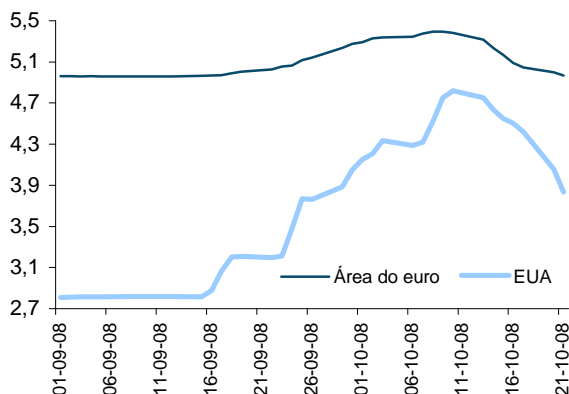


Fonte: Eurostat.

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Reflectindo a crise financeira internacional, as taxas de juro de curto prazo (a 3 meses) subiram, em Setembro, tendência que se prolongou até 10 de Outubro, de forma mais acentuada nos EUA do que na área do euro. Porém, com a descida das taxas de juro de referência pelo BCE e Reserva Federal dos EUA, a 8 de Outubro, para 3,75% e 1,5%, respectivamente, as taxas de juro de curto prazo iniciaram um movimento descendente, situando-se, no dia 21, em 5% e 3,8%.

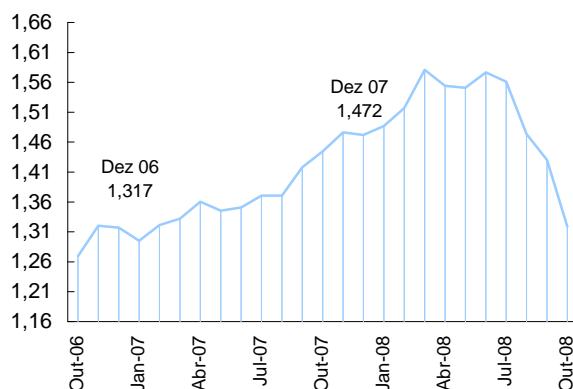
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário** (valores diários, em %)



Fonte: IGCP.

Em Setembro, as taxas de juro de longo prazo dos EUA continuaram a registar uma tendência de baixa, enquanto na área do euro a *yield* das Obrigações do Tesouro a 10 anos estabilizou, em 4,5%.

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar** (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Outubro o valor é do dia 21.

### Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

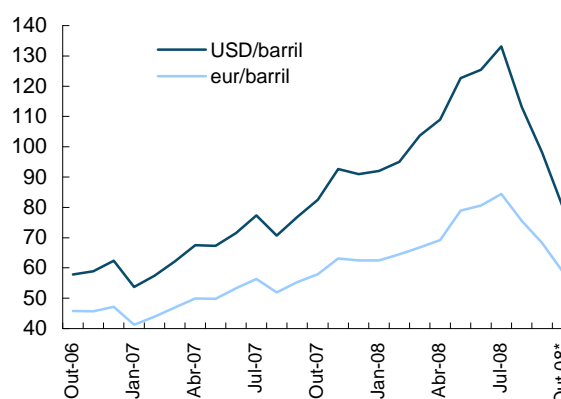
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,69	4,79	4,69	4,73	4,95	5,28	4,95	4,97	4,96	5,28	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	4,63	4,73	4,26	3,65	3,87	3,85	4,09	3,98	3,89	3,68	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	4,46	4,34	4,12	4,50	4,56	4,78	4,76	4,47	4,45	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,418	1,472	1,581	1,576	1,430	1,576	1,561	1,474	1,430	
Dow Jones*	VC	Yahoo	6,4	3,6	-4,5	-7,6	-7,4	-4,4	-10,2	0,2	1,5	-6,0	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,8	-2,4	0,4	-17,5	-7,6	-9,4	-11,3	0,4	-0,1	-9,7	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	74,97	88,70	96,91	119,07	114,80	125,45	133,18	113,08	98,13	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	7,9	48,6	67,8	73,1	53,1	75,5	72,2	59,9	27,7	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	2,0	0,0	32,3	46,6	49,5	39,5	51,4	49,8	45,4	23,5	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	52,7	54,4	60,0	64,5	77,0	76,4	86,5	84,9	74,5	69,9	

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido).

Face ao dólar, o euro tem vindo a depreciar-se significativamente, tendo atingido, no dia 21 de Outubro o valor de 1,32 representando uma depreciação de 8% face ao final do mês de Setembro (o valor mais baixo atingido desde o 1º trimestre de 2007).

Em Outubro, o preço do petróleo Brent tem vindo a apresentar uma queda, situando-se, em média, até ao dia 21, em 80 USD/bbl (59 €/bbl), 45% (37%) abaixo do valor mais alto registado este ano, em meados de Julho. Esta tendência esteve, em parte, associada à perspectiva de abrandamento económico das economias mais desenvolvidas.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent** (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 21.

Em Setembro, o preço relativo do petróleo importado diminuiu para 69,9% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

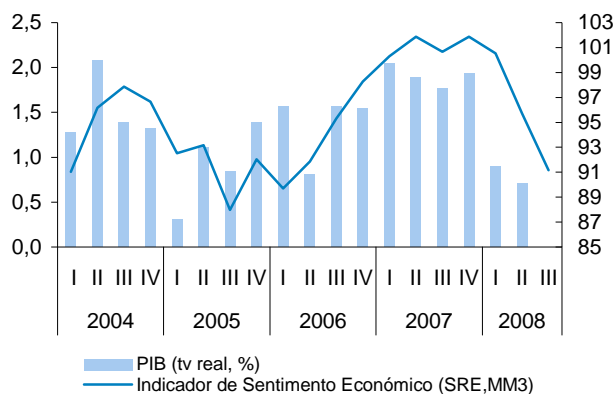
Também neste mês, o crescimento do preço das matérias-primas não energéticas abrandou para 5,5% em termos homólogos (15% em Agosto), tendo abrangido todos os bens. Esta evolução resultou sobretudo do menor crescimento dos preços dos produtos alimentares e agrícolas, que aumentaram 14% e 2,2%, respectivamente (28% e 14%, em Agosto).

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade económica e Oferta

No 3º trimestre do ano, o indicador de sentimento económico desacelerou face ao trimestre precedente.

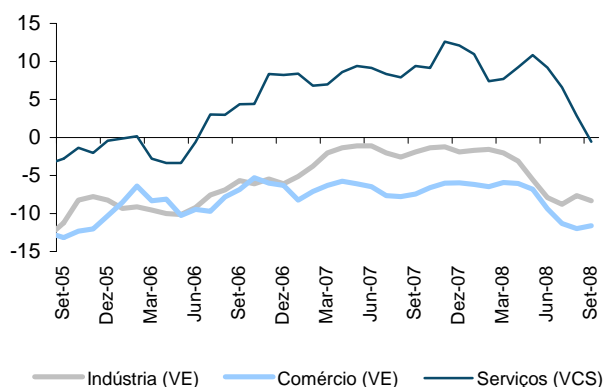
**Figura 2.1. PIB e Sentimento Económico**



Fontes: INE e CE.

Face ao 2º trimestre, a confiança dos empresários estabilizou na indústria e piorou nos restantes sectores de actividade.

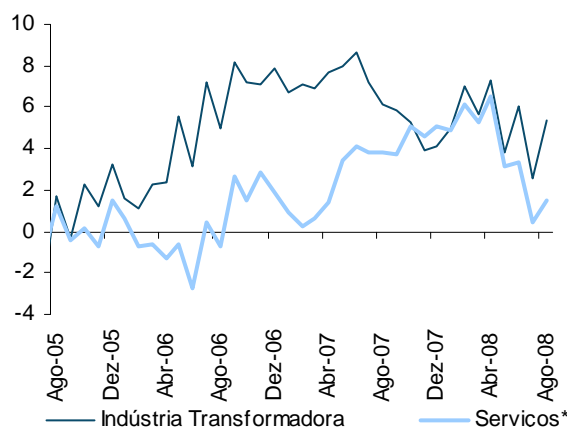
**Figura 2.2. Indicadores de Confiança**  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

No conjunto dos meses de Julho e Agosto, os dados quantitativos melhoraram na indústria e nos serviços e pioraram na construção, face ao trimestre precedente.

**Figura 2.3. Volume de Negócios**  
(MM3 VH, %)



Fonte: INE.

Assim, neste período, e em termos homólogos:

- nos serviços, os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho cresceram 2,6% e 5,1%, respectivamente, o que compara com 1,5% e 3,4% no 2º trimestre;
- na indústria transformadora, a produção industrial e o volume de negócios apresentaram variações homólogas positivas de 0,5% e 6,7%, respectivamente (-1,7% e +5,4% no trimestre anterior);
- na construção, a produção apresentou uma quebra de 4% (-1,9% no trimestre precedente).

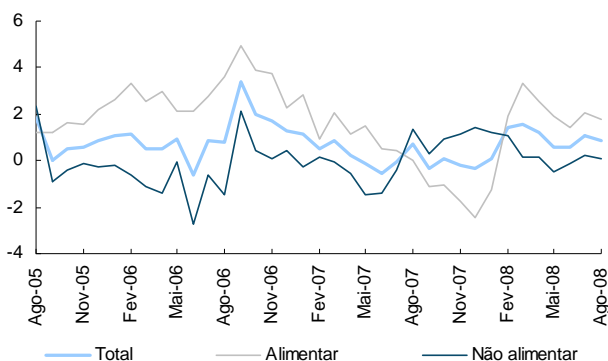
**Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,9	1,8	1,9	0,9	0,7	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	100,7	101,9	100,5	95,7	91,2	95,1	93,2	93,0	87,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-2	-2	-2	-8	-8	-10	-8	-5	-12
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-7	-6	-6	-9	-12	-13	-13	-11	-11
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	9	12	8	9	-1	6	3	0	-5
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-39	-43	-38	-37	-41	-38	-39	-41	-42
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,2	2,0	2,8	-0,3	-1,7	:	-3,4	0,9	0,0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,2	3,9	7,0	3,8	5,4	:	3,8	10,4	1,7	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,5	4,6	6,2	3,1	1,5	:	-0,1	7,0	-2,2	:

## Consumo Privado

O crescimento homólogo do índice de volume de negócios no comércio a retalho desacelerou, em Agosto, para 1,5%, sobretudo devido ao abrandamento observado na categoria dos bens não alimentares (variação homóloga de 0,3%, que compara com 2% em Julho). No entanto, no conjunto dos dois primeiros meses do 3º trimestre, o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou, em média, 2% em termos homólogos, o que representa uma aceleração considerável face ao 2º trimestre do ano.

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**

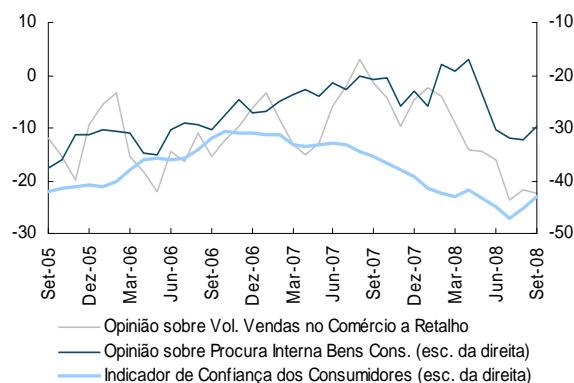


Fonte: INE.

No 3º trimestre, o indicador de confiança dos consumidores registava uma melhoria face ao final do 2º trimestre do ano, na sequência de uma evolução favorável da maioria das suas componentes, destacando-se a melhoria das perspectivas para a situação financeira das famílias e para a situação económica do país.

A opinião dos empresários sobre a procura interna dirigida à indústria transformadora de bens de consumo registou uma ligeira melhoria no 3º trimestre, mas a avaliação feita ao nível de actividade no sector do comércio a retalho evidenciou, por outro lado, uma deterioração significativa face ao observado durante o 2º trimestre.

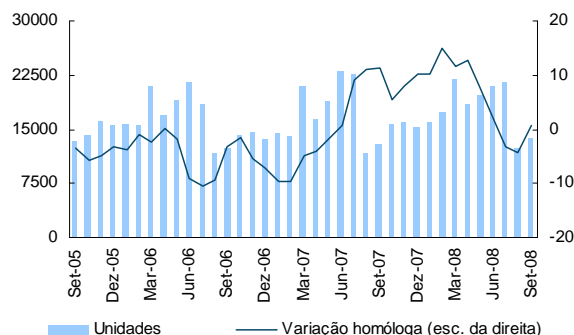
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em Setembro, a venda de automóveis ligeiros de passageiros registou um crescimento homólogo de 5,9%, acelerando face ao mês precedente (4,8%). Ainda assim, no conjunto do 3º trimestre as vendas de automóveis aumentaram apenas 0,7% em termos homólogos, exibindo um comportamento menos dinâmico do que no 2º trimestre do ano (1,9%).

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,6	1,4	1,8	2,1	1,1	:	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-35,2	-36	-39	-43	-45	-43	-46	-48	-41	-40
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-6	-2	-5	-9	-16	-22	-21	-34	-11	-22
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0	-0,4	-0,3	1,6	0,6	:	-1,6	2,6	1,5	:
Bens alimentares	VH	"	-0,2	-1,1	-2,4	3,3	1,4	:	-1,0	3,3	3,0	:
Bens não alimentares	VH	ACAP	0,1	0,3	1,4	0,1	-0,1	:	-2,1	2,0	0,3	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	INE	3,7	11,4	10,3	11,7	1,9	0,7	-8,9	-4,4	4,8	5,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	9,1	9,9	7,3	2,8	2,2	:	-0,4	5,8	:	:

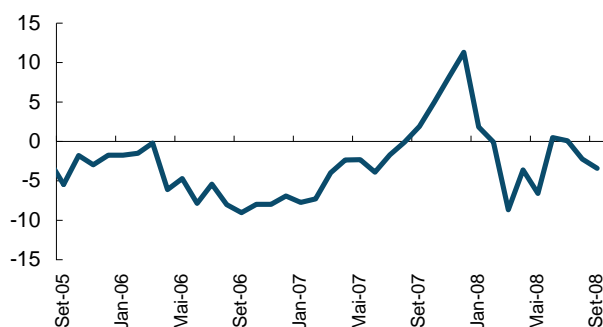
\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

## Investimento

Os dados disponíveis para o 3º trimestre de 2008 apresentaram um comportamento misto, tendo-se verificado uma melhoria no material de transporte, e uma evolução menos favorável na construção e nos outros bens de investimento. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 3,4% (0,5% no trimestre precedente);

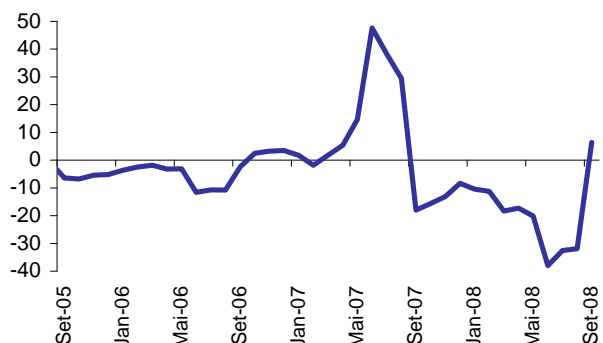
**Figura 2.7. Vendas de Cimento**  
(VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento homólogo de 6,4% (-38% no 2º trimestre).

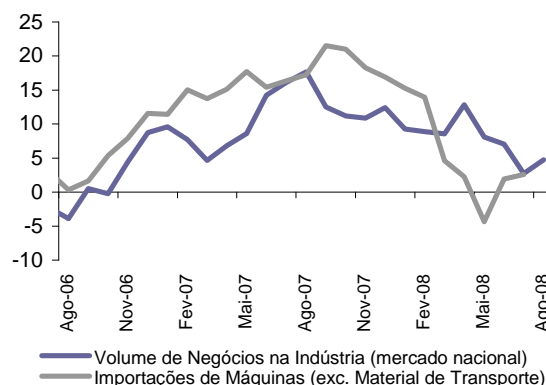
**Figura 2.8. Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso foram menos favoráveis.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(MM3)



Fonte: INE.

Nos meses de Julho e Agosto, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional desacelerou ligeiramente (5,3% em termos médios homólogos, que compara com 7% no 2º trimestre).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram um crescimento de 9,2% em Julho, em termos homólogos (1,9% no 2º trimestre).

### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

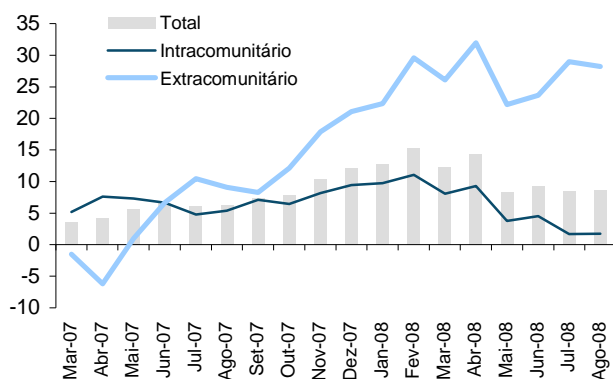
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	4,7	8,6	3,3	2,1	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	1,9	11,3	-8,7	0,5	-3,4	-6,4	3,8	3,4	-14,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,1	-18,0	-8,3	-18,3	-38,0	6,4	-59,5	24,1	-4,1	-1,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	-19,8	92,9	19,0	3,9	-3,2	3,4	9,7	-22,4	1,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	0	-1	1	4	-4	-21	-30	-12	-20	-31
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,3	-3,4	-8,6	-19,6	-17,8	:	-21,8	-38,6	-39,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	16,8	21,5	16,9	4,6	1,9	:	6,2	9,2	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	11,1	12,5	12,4	8,6	7,0	:	3,8	4,8	6,0	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

De acordo com os dados do comércio internacional do INE e a informação preliminar do SDDS, registou-se, em Agosto, uma acentuada desaceleração nas importações nominais de bens e uma ligeira quebra nas exportações. Este resultado pode ter sido influenciado pelo efeito de calendário, uma vez que o mês homólogo de 2007 contava com mais dois dias úteis. Não obstante, no conjunto dos meses Julho e Agosto, o crescimento homólogo, quer das importações (10,1%), quer das exportações de bens foi superior ao registado no 2º trimestre (9,3% e 3,7%, respectivamente).

**Figura 2.10. Importações de Bens**  
(MM3, VH em valor, %)

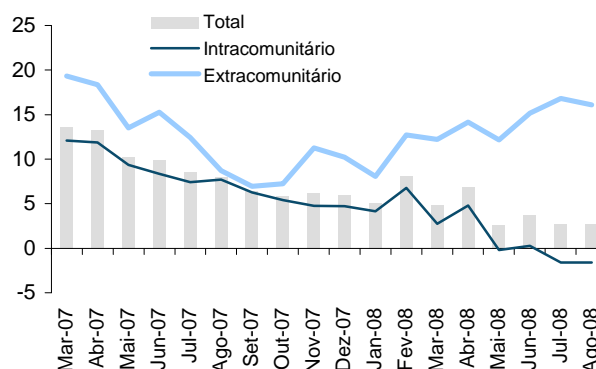


Fontes: INE e SDDS.

Nota: Em Agosto incorpora informação do SDDS.

Paralelamente, os dados continuaram a evidenciar um forte dinamismo dos fluxos comerciais extra-comunitários, face ao desempenho mais fraco das trocas intracomunitárias. Nos meses de Julho e Agosto, as importações provenientes de países fora da UE aumentaram 34,3%, em termos homólogos, o que compara com 1,5% no caso das provenientes de Estados-membros. Nesse mesmo período, as exportações extra-comunitárias cresceram 15%, significativamente acima do registado nas saídas para a UE (4,5%).

**Figura 2.11. Exportações de Bens**  
(MM3, VH em valor, %)

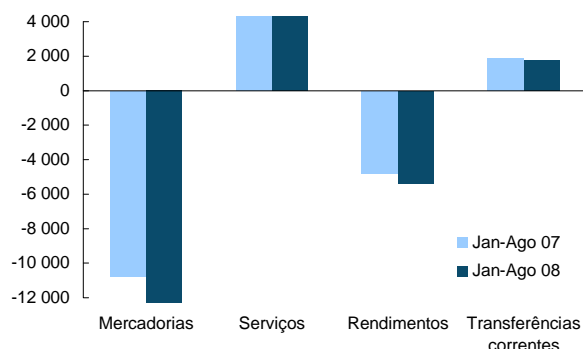


Fontes: INE e SDDS

Nota: Em Agosto incorpora informação do SDDS.

Para os primeiros oito meses do ano, os dados do Banco de Portugal indicam um agravamento das necessidades de financiamento da economia portuguesa em cerca de 2800 Milhões de euros. Este resultado reflecte, principalmente, o aumento do défice das balanças de mercadorias e de rendimentos. Em sentido contrário, os saldos das balanças de serviços e de capital registaram uma ligeira melhoria.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008		2008			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,1	8,2	6,3	5,4	3,9	1,5	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	5,1	6,1	7,5	6,3	3,3	-	-	-	-
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	-6,7	-8,1	-8,1	-8,8	-8,7	-	-	-	-
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,6	-7,4	-10,2	-9,3	-9,9	-10,1	-	-	-	-
Saídas de mercadorias	VH	"	8,8	9,8	6,4	6,0	4,8	3,7	0,4	-2,1	9,6	-0,2*
Entradas de mercadorias	VH	"	7,4	6,6	7,4	12,0	12,3	9,3	4,6	5,6	15,3	4,2*

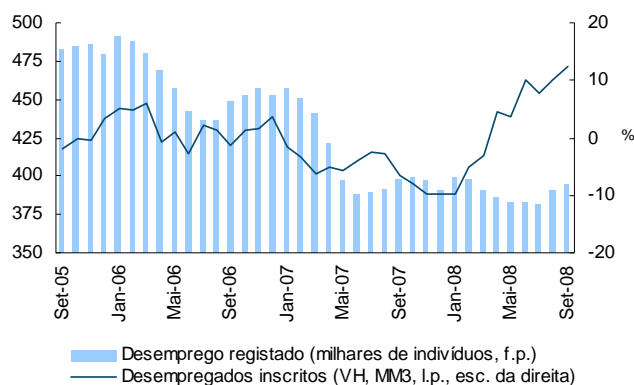
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008	
				Agosto	Jan-Agosto	Agosto	Jan-Agosto
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-13 456	-895	-7 855	-1 418	-10 687
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 486	-1 638	-10 747	-1 832	-13 460
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 711	928	4 436	916	4 575
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 376	-684	-4 794	-741	-5 371
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 634	168	1 908	230	1 758

\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

## Mercado de Trabalho

Ao longo de Setembro, o número de novos desempregados inscritos aumentou 16,4% em termos homólogos, acelerando de forma significativa face a Agosto (6,2%). Ainda assim, no conjunto do 3º trimestre do ano, o crescimento homólogo do número de novos desempregados cifrou-se em 12,4%, aumentando apenas ligeiramente face ao 2º trimestre do ano (10,1%).

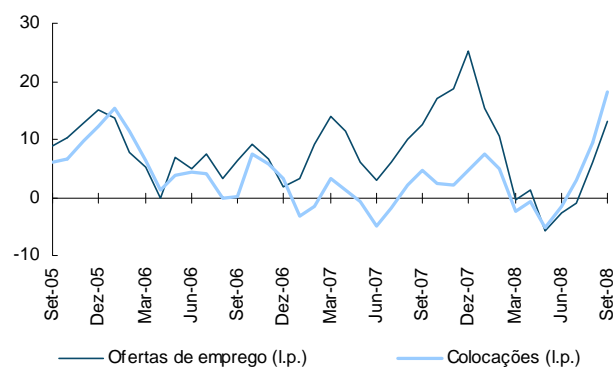
**Figura 2.13. Desemprego**



Fonte: IEFP.

No final de Setembro, o desemprego registado ascendia a cerca de 395 mil indivíduos, o que representa um acréscimo de cerca de 13 mil desempregados (+3,3%) face ao final do 2º trimestre de 2008, e uma diminuição de cerca de 3 mil desempregados (-0,7%) face ao final do 3º trimestre de 2007.

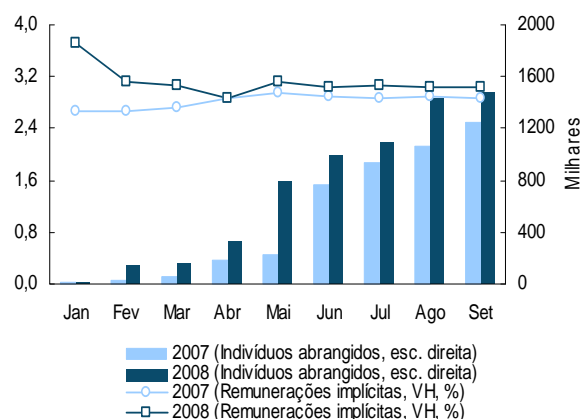
**Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações**  
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Em contraste com a evolução desfavorável ao nível do desemprego, o comportamento das ofertas de emprego e das colocações ao longo do 3º trimestre revelou uma melhoria face ao 2º trimestre do ano. Com efeito, na sequência dos bons resultados registados em Julho e Setembro, as ofertas de emprego cresceram 13% em termos homólogos, durante o 3º trimestre e as colocações exibiram um aumento homólogo de 18,2%.

**Figura 2.15. Contratação colectiva**



Fonte: MTSS.

Até ao final de Setembro de 2008, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 3%, um valor apenas marginalmente superior ao que se verificava no final de Setembro de 2007 (2,9%). O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a perto de 1,5 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 250 mil trabalhadores face a igual período de 2007.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

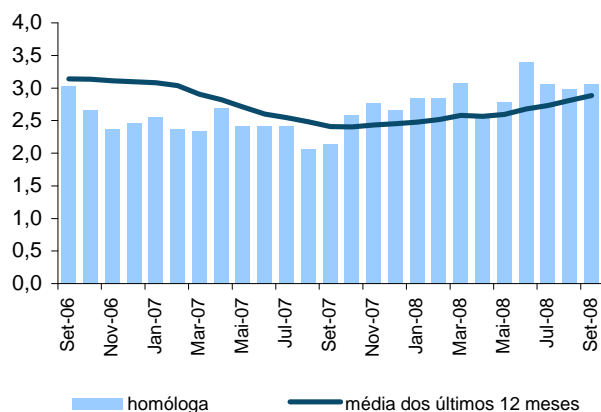
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	7,9	7,8	7,6	7,3	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	0,2	0,3	0,9	1,1	1,4	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-11,3	-13,8	-11,4	-1,6	-0,7	-1,6	-2,0	-0,5	-0,7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	-6,6	-9,9	-2,9	10,1	12,4	10,5	13,0	6,2	16,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	12,5	25,1	-0,4	-2,8	13,0	-3,3	18,4	3,2	16,8
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,9	2,9	3,1	3,0	3,0	3,0	3,1	3,0	3,0
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,6	4,9	3,4	3,1	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	2,7	2,7	2,9	3,1	2,9	:	-	-	-	-

\*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

**Preços**

Em Setembro, a taxa de inflação, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), situou-se em 3,1%, ligeiramente acima do verificado no mês passado (3%). Face ao mês anterior, o IPC aumentou 0,5% (0,4% em Setembro de 2007) e a variação média dos últimos 12 meses subiu ligeiramente para 2,9%, 0,1p.p. acima do verificado no mês anterior.

**Figura 2.16. IPC (VH)**

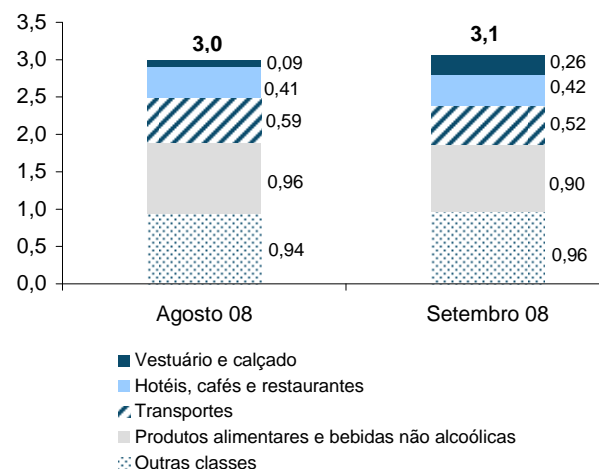


Fonte: INE.

Em Setembro, a aceleração dos preços, em termos homólogos, resultou, em larga medida, do comportamento dos preços da classe “Vestuário e calçado”. Estes preços registaram um aumento de 4,1% (1,5% em Agosto e 0,6% em Setembro de 2007), sugerindo que o efeito associado à entrada das novas colecções foi mais acentuado do que no mesmo período do ano passado. Em sentido contrário, contribuiu o abrandamento dos preços das classes “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” e “Transportes”, com destaque para a redução do contributo dos preços dos combustíveis em 0,1p.p..

Reflectindo igualmente a evolução dos preços do “Vestuário e calçado”, a variação homóloga do IPC, excluindo bens energéticos e alimentares não transformados, aumentou para 2,7%, mais 0,2p.p. do que em Agosto.

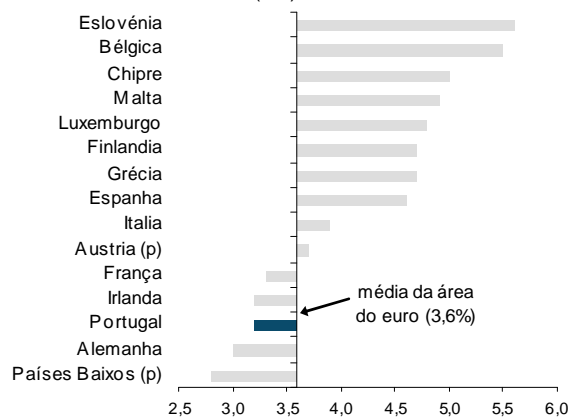
**Figura 2.17. Principais Contributos para a Variação Homóloga do IPC (p.p.)**



Fonte: INE e cálculos do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

De acordo com a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, a taxa de inflação registada em Portugal continuou a ser uma das mais baixas da área do euro. Em Setembro, essa taxa situou-se em 3,2%, 0,5p.p. abaixo da média daquela região.

**Figura 2.18. IHPC (VH)**



Fonte: Eurostat. (p) – provisório.

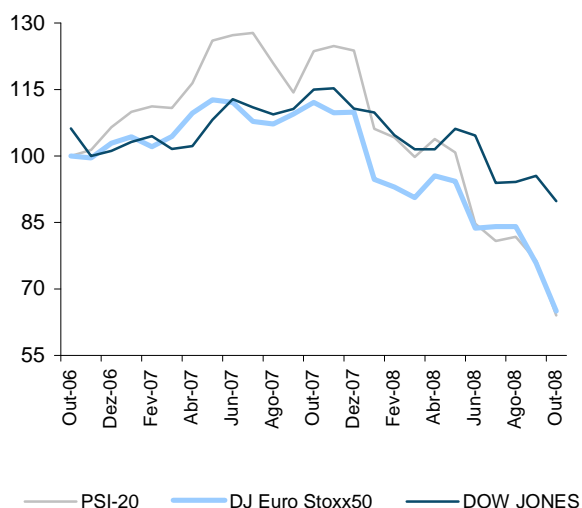
**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007	2008								
				Set	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE		0,4	0,0	1,5	0,3	0,4	0,5	-0,6	-0,5	0,5	
Índice de Preços no Consumidor	VH	“		2,1	2,9	3,1	2,5	2,8	3,4	3,1	3,0	3,1	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	“	2,5	2,4	2,5	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,9	
IPC – Bens	VH	“	2,2	1,6	2,6	2,9	2,3	2,8	3,7	3,2	3,1	3,2	
IPC – Serviços	“	“	2,9	2,9	3,4	3,6	2,8	2,7	2,8	2,7	2,9	2,9	
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	“	“	2,2	2,1	2,6	2,8	2,2	2,2	2,3	2,1	2,5	2,7	
IHPC	“	“	2,4	2,0	2,9	3,1	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,3	-0,1	-0,3	-0,4	-0,7	-0,8	-0,6	-0,9	-0,7	-0,5	

### Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Outubro, e pelo 2º mês consecutivo, tem vindo a assistir-se a uma forte volatilidade nos mercados bolsistas internacionais, em resultado da crise financeira global. Até meados do mês, registaram-se descidas acentuadas face ao final do mês de Setembro, tendo os índices *Dow Jones* e *PSI-20* caído 17% e o *DJ Euro Stoxx50* diminuído 14%.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(Outubro 2006=100, fim do período)



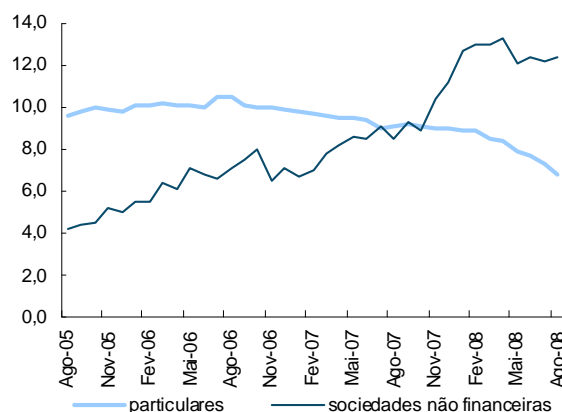
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Outubro, o valor é do dia 21.

Em Setembro, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma ligeira diminuição, de 0,3% face ao mês precedente, com destaque para uma quebra acentuada no segmento accionista.

Em Agosto, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 6,8% (7,3% em Julho). No entanto, o crédito destinado às empresas acelerou para 12,4% (12,2% em Julho).

Relativamente ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e uma aceleração do crédito ao consumo.

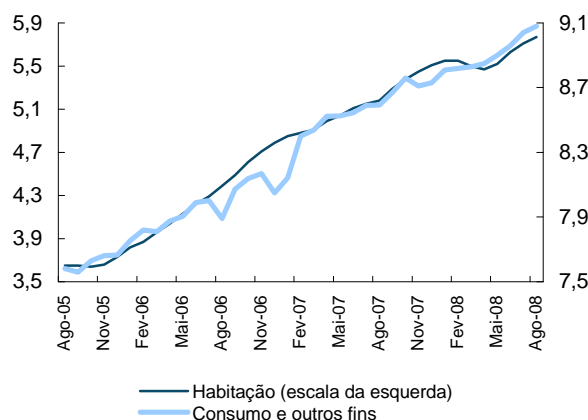
**Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram para as empresas não financeiras e para os particulares, prosseguindo a tendência dos últimos meses. Sendo de referir que a subida registada nos créditos a particulares foi mais significativa.

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares (em %)**



Fonte: Banco de Portugal.

### Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

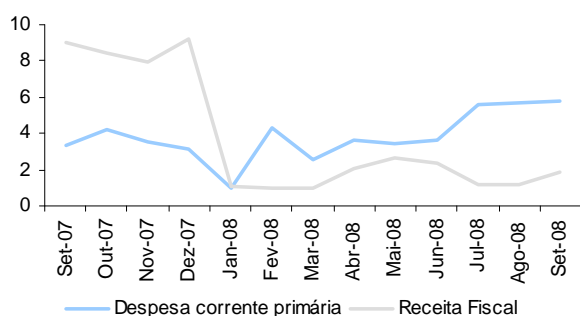
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2008								
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,5	4,2	4,4	4,4	4,6	4,8	5,1	4,8	4,7	4,7
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	28	49	51	43	34	45	45	49	71
PSI 20*	VC	CMVM	16,3	-14,3	-1,9	-4,2	4,0	-2,9	-16,0	-4,6	1,2	-6,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	8,4	8,3	7,8	7,7	7,3	7,1	6,7	6,2	:
- para consumo	va**	"	13,7	11,7	12,4	12,7	12,2	12,9	11,9	11,5	11,9	:
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	12,7	13,0	13,0	13,3	12,1	12,3	12,2	12,4	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,55	5,55	5,50	5,47	5,52	5,63	5,71	5,77	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,15	6,23	6,13	6,11	6,13	6,18	6,29	6,37	6,43	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até Setembro, o défice global provisório do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 3.572 milhões de euros, traduzindo um aumento de 112 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O excedente primário foi de 500 milhões de euros, representando uma diminuição de 5,9 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

**Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



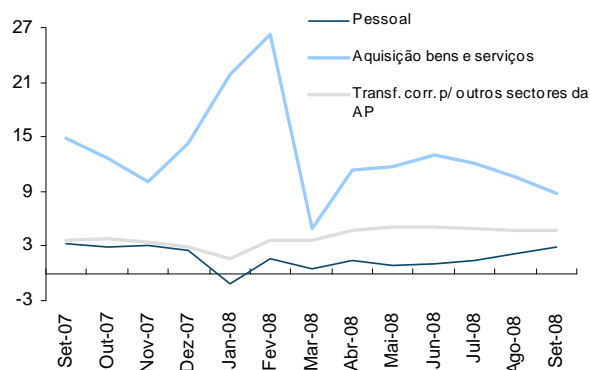
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2007, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 1,8%. Os impostos directos registaram um aumento de 5,3%, e os indirectos uma diminuição de 0,5%. A evolução dos impostos indirectos é, em larga medida, explicada pela menor receita de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP), a qual se reduziu 19,8%, e do imposto sobre veículos (ISV), que diminuiu 23,3%. Inversamente, verificou-se um aumento da receita do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 5,6% e a significativa recuperação da receita do imposto sobre o tabaco, compensando, em parte, o decréscimo verificado na receita de ISP e ISV;
- e, um aumento da despesa total em 4,3%. A despesa corrente registou um aumento de 5,4% e a despesa de capital uma redução de 10,9%. Dentro da despesa corrente primária (que cresceu 5,8%)

denotaram-se aumentos nas principais rubricas: transferências correntes (4,4%), despesas com pessoal (2,9%), reflectindo em particular o aumento dos encargos com segurança social (8,2%), e aquisição de bens e serviços (8,8%). Os encargos com juros aumentaram 2,7%.

**Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes** (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 30 de Setembro, a dívida directa do Estado situou-se nos 116 mil milhões de euros, registando-se um decréscimo de 634 milhões de euros face ao final do mês anterior. A evolução da dívida traduz, por um lado, a emissão líquida positiva de Obrigações do Tesouro (868 milhões de euros), de *repos* (825 milhões) e de CEDIC (125 milhões), e, em sentido contrário, a diminuição do *stock* de Bilhetes do Tesouro (613 milhões), de ECP (169 milhões) e de certificados de aforro (131 milhões).

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Ago-08	Set-08			30-Set-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	92 049	2 589	2 498	0	92 139
Bilhetes do Tesouro	11 788	1 716	2 330	0	11 175
Obrigações do Tesouro	79 642	873	0	-5	80 510
Não Transaccionável	23 074	6 843	6 300	-	23 617
Certificados de Aforro	17 339	92	224	-	17 207
CEDIC	5 163	4 593	4 469	-	5 288
Total	115 123	9 432	8 798	0	115 757

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2007		2008		2008						
	Jan a Set		Jan a Set		Jun	Jul	Ago	Set			
	10 <sup>6</sup> euros		Execução face ao OE corrigido* (%)		VHA (%)						
Receita Total	28599	29875	75,7	75,2	6,4	4,6	(2,5)**	4,2	(2,4)**	4,5	(2,8)**
Receita Corrente	28374	29044	76,1	73,9	3,3	2,0	-	1,9	-	2,4	-
Impostos Directos	10608	11168	79,0	75,6	6,7	6,7	-	5,0	-	5,3	-
Impostos Indirectos	15510	15430	73,4	71,2	-0,8	-2,8	-	-1,3	-	-0,5	-
Despesa Total	32059	33448	71,0	70,0	1,9	3,5	(1,7)**	3,3	(1,6)**	4,3	(2,9)**
Despesa Corrente	29991	31606	71,7	72,8	3,9	5,2	(3,3)**	4,8	(3,0)**	5,4	(3,8)**
Despesa com Pessoal	9697	9979	70,5	75,2	1,1	1,4	-	2,2	-	2,9	-
Aquisição Bens e Serviços	729	794	47,4	51,0	13,1	12,0	-	10,6	-	8,8	-
Subsídios	267	702	39,9	62,0	-32,1	222,9	(-14,3)**	177,5	(-21,5)**	163,2	(-11,5)**
Juros	3965	4072	83,4	80,8	6,2	3,2	-	-1,4	-	2,7	-
Transferências	15137	15801	72,6	73,3	4,8	4,1	-	4,4	-	4,4	-
Saldo Global	-3459	-3572	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	506	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. \*\* Excluindo a operação de amortização do défice tarifário energético.

Fonte: DGO.

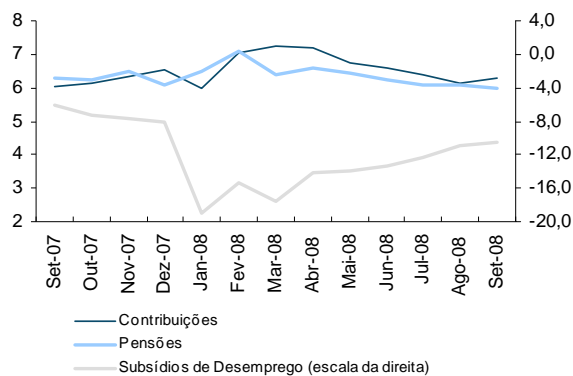
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Setembro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente da execução orçamental da Segurança Social foi de 1719 milhões de euros, revelando uma melhoria de 620,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2007, caracterizou-se por:

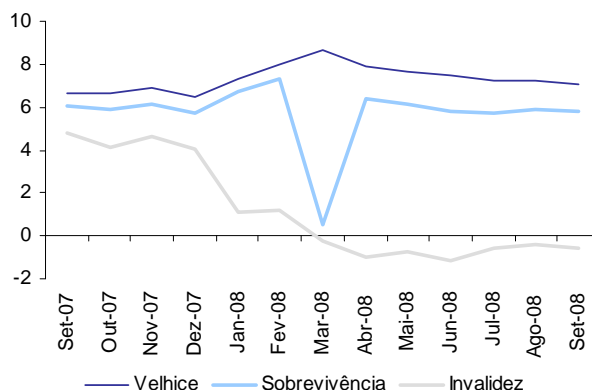
- um aumento da receita corrente em 7,2%, influenciado pelas evoluções positivas das contribuições (6,3%), das transferências correntes da Administração Central (8,1%) e, embora com menor peso, do Fundo Social Europeu (55,4%);
- e um aumento da despesa corrente em 3,1%. Para este resultado contribuiu a subida da despesa em pensões (6,0%), no subsídio familiar a crianças e a jovens (22,9%) e no rendimento social de inserção (14,6%). Contrariamente, verificaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (-10,5%), cujo número de beneficiários diminuiu, e no subsídio por doença (-10,9%), cujo número de beneficiários aumentou. Constata-se, ainda, uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (-28,4%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-23,7%).

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



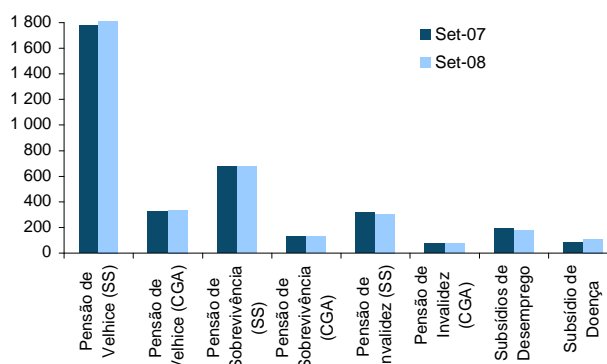
Fonte: DGO.

**Figura 2.25. Despesa em Pensões da Segurança Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.26. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos** (milhares)



Fonte: MTSS.

Até Setembro, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 329,4 milhões de euros, o qual compara com 155,6 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um acréscimo de 1,8% em termos homólogos, sobretudo devido ao aumento da comparticipação do Orçamento do Estado (7,1%) e das contribuições de outras entidades, enquanto as quotas de subscritores decresceram 10,0%. A despesa corrente aumentou 5,1%, reflectindo a evolução da despesa em pensões.

**Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2007		2008		2007		2008			
	Jan a Set		Jan a Set		Jan a Set		Jan a Set			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	14981	16031	7,0	74,2	72,3	5009	5097	1,8	69,1	69,0
Contribuições e quotizações	9115	9689	6,3	73,9	74,4	1941	1876	-3,4	68,1	63,2
Transferências correntes da Adm. Central	4433	4791	8,1	73,6	75,0	2847	3034	6,6	71,1	74,7
Despesa Total	13883	14313	3,1	69,3	66,7	5165	5427	5,1	70,5	70,4
Pensões	8607	9121	6,0	69,6	70,0	5137	5397	5,1	70,7	70,5
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	1294	1158	-10,5	65,8	65,1	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	2632	2792	6,1	71,7	69,8	-	-	-	-	-
Saldo Global	1098	1719	-	-	-	-156	-329	-	-	-

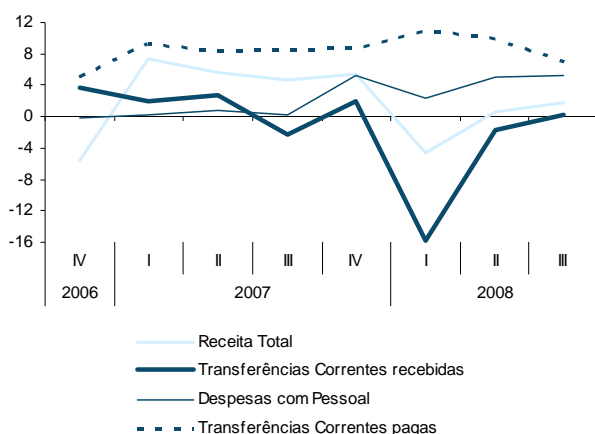
Fontes: DGO e GPEARl.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

Até Setembro, o excedente global dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP), na óptica da contabilidade pública, foi de 394 milhões de euros, tendo-se observado uma diminuição de 64,6 milhões de euros face ao período homólogo.

**Figura 2.27. Serviços e Fundos Autónomos**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao período homólogo de 2007, caracterizou-se por:

- um aumento de 1,8% na receita, traduzindo a evolução positiva das receitas correntes sob a forma de aumento das contribuições (2,3%) e das transferências correntes (0,3%). Nas transferências correntes, é de destacar o aumento das transferências recebidas da União Europeia (16,6%), enquanto as transferências recebidas da Administração Central diminuíram. A receita de capital registou um acréscimo de 8,0%, reflectindo também um aumento das transferências da União Europeia (11,6%);
- e um aumento da despesa corrente em 2,6%. Este comportamento é fundamentado pelas trajectórias das despesas com pessoal (aumento de 5,2%), da aquisição de bens e serviços (1,3%), das transferências correntes (7,1%) e pela diminuição dos subsídios atribuídos (-30,2%). A despesa de capital aumentou 2,0%.

**Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos**

	Serviços e Fundos Autónomos*					
	2007		2008			
	Jan a Set		Jun	Jul	Ago	Set
	10 <sup>6</sup> euros		VHA			
Receita Total	10 410	10 596	0,6	4,0	1,7	1,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	4 354	4 456	1,7	1,7	2,6	2,3
Transferências correntes da Adm. Central	2 451	2 333	-4,0	-2,1	-5,6	-4,8
Despesa Total	9 952	10 203	2,4	2,8	1,9	2,5
Despesa com pessoal	1 370	1 440	5,0	6,1	5,2	5,2
Aquisição de bens e serviços	646	654	7,1	5,3	2,2	1,3
Transferências correntes	6 123	6 556	9,9	9,1	7,7	7,1
Saldo Global	458	394	:	:	:	:

Nota: \* Exclui o Fundo de Regularização da Dívida Pública e o Serviço Nacional de Saúde.

Fonte: DGO.



### Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Julho de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 5,1% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Energéticos" (+36,2%), "Agro-alimentares" (+17,7%), e "Produtos Acabados Diversos" (+10,6%).

Seguiram-se os grupos "Químicos" (+9,9%) "Minérios e Metais" (+6,5%), "Madeira, Cortiça e Papel" (+4,0%), e "Vestuário e Calçado" (+0,5%).

Verificaram-se descidas nos grupos "Peles, Couros e Têxteis" (-3,2%), "Material de Transporte" (-2,8%), e "Máquinas" (-2,7%).

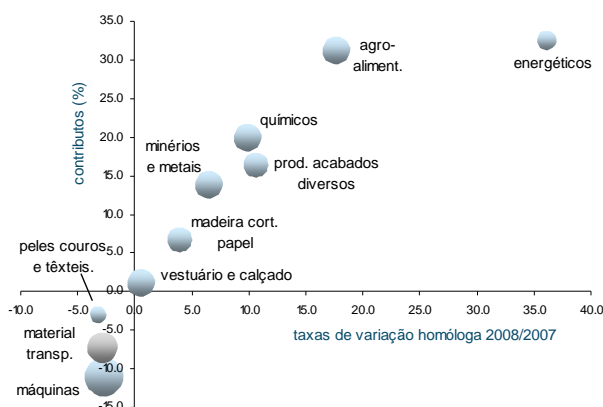
As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram aumentos no "calçado" (+1,7%), e de menor amplitude no "vestuário excepto de malha" (+0,2%), e uma ligeira quebra no "vestuário de malha" (-0,2%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Energéticos" (32,4%), "Agro-alimentares" (31,2%), "Químicos" (19,9%), "Produtos Acabados Diversos" (16,3%), e "Minérios e Metais" (13,9%).

Menos relevantes foram os contributos positivos dos grupos "Madeira, Cortiça e Papel" (6,7%), e do "Vestuário e Calçado" (1,1%) (Quadro 3.3).

Os grupos "Máquinas", "Material de transporte" e "Peles, couros e têxteis" contribuíram negativamente para a taxa de crescimento das saídas nos últimos 12 meses (Figura 3.2).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)**



**Quadro 3.3. Saídas\* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Jul		média anual 02-07**	últimos 12 meses		Jan-Jul			
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								p.p.	%		p.p.	%	
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>22 522</b>	<b>23 658</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.1</b>	<b>5.1</b>	<b>5.1</b>	<b>100.0</b>	<b>5.0</b>	<b>5.0</b>	<b>100.0</b>
000 Agro-Alimentares	1 964	2 281	7.8	9.4	8.7	9.6	9.8	17.7	1.6	31.2	16.1	1.4	27.9
100 Energéticos	947	1 516	2.0	4.5	4.2	6.4	25.4	36.2	1.6	32.4	60.0	2.5	50.0
200 Químicos	2 336	2 458	8.1	10.9	10.4	10.4	12.7	9.9	1.0	19.9	5.2	0.5	10.7
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 950	1 988	9.6	8.8	8.7	8.4	4.2	4.0	0.3	6.7	1.9	0.2	3.3
400 Peles, Couros e Têxteis	1 096	1 045	7.7	4.8	4.9	4.4	-3.6	-3.2	-0.2	-3.1	-4.7	-0.2	-4.5
500 Vestuário e Calçado	2 437	2 383	16.5	10.4	10.8	10.1	-3.3	0.5	0.1	1.1	-2.2	-0.2	-4.8
600 Minérios e Metais	2 484	2 641	6.4	10.8	11.0	11.2	17.9	6.5	0.7	13.9	6.3	0.7	13.9
700 Máquinas	4 489	4 409	19.7	19.9	19.9	18.6	6.3	-2.7	-0.6	-11.1	-1.8	-0.4	-7.1
800 Material de Transporte	2 999	2 991	15.0	12.9	13.3	12.6	2.9	-2.8	-0.4	-7.4	-0.3	0.0	-0.7
900 Produtos Acabados Diversos	1 819	1 947	7.3	7.7	8.1	8.2	7.2	10.6	0.8	16.3	7.0	0.6	11.3
Por memória:													
Total sem energéticos	21 574	22 142	98.0	95.5	95.8	93.6	5.5	3.6	3.4	67.6	2.6	2.5	50.0

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Julho, as expedições para o mercado comunitário cresceram 3,0%, cabendo aos países da UE-15 e aos 12 países do alargamento aumentos respectivamente de 2,5% e de 20,8%. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 11,7% (Quadro 3.4).

Neste período, salienta-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+25,0%), Suécia (+11,7%), Dinamarca (+8,8%) e Espanha (+7,5%). Com aumentos de menor amplitude seguiram-se a Itália (+1,2%) e a França (+1,1%).

Verificaram-se decréscimos nas expedições para o Reino Unido (-7,6%), Bélgica (-2,6%), Países Baixos (-1,6%) e Alemanha (-0,5%).

Entre os países terceiros, de referir que Angola, com um peso já superior ao dos EUA, que foi tradicionalmente o principal mercado de destino entre os países terceiros (5,0% e 3,6%, respectivamente, das saídas globais nos primeiros sete meses do ano), registou uma taxa de crescimento das exportações de 30,1% nos últimos 12 meses, ao mesmo tempo que os fornecimentos EUA caíam 22,6%.

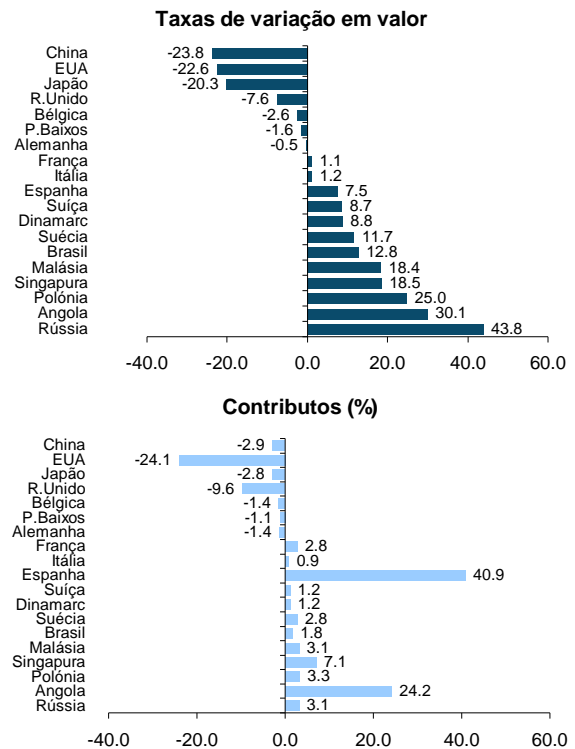
No mesmo período, ressalta ainda o forte incremento das exportações para a Rússia (+43,8%), e também para Singapura (+18,5%), Malásia (+18,4%), Brasil (+12,8%) e Suíça (+8,7%) (Figura 3.3).

As exportações para a China, que nos últimos cinco anos haviam aumentado à taxa média anual de 17,6%, registam nos últimos 12 meses uma descida (-23,8%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, couberam à Espanha (40,9%) e Angola (24,2%). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 9,3%.

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em Julho de 2008



**Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]								
	Jan-Jul		anual		Jan-Jul		média anual 02-07*	últimos 12 meses				Jan-Jul			
	2007	2008	2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos			
							p.p.		%	p.p.		%			
<b>TOTAL</b>	<b>22 522</b>	<b>23 658</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.1</b>	<b>5.1</b>	<b>5.1</b>	<b>100.0</b>	<b>5.0</b>	<b>5.0</b>	<b>100.0</b>		
<b>Intra UE-27</b>	<b>17 427</b>	<b>17 794</b>	<b>81.4</b>	<b>76.1</b>	<b>77.4</b>	<b>75.2</b>	<b>4.7</b>	<b>3.0</b>	<b>2.3</b>	<b>46.2</b>	<b>2.1</b>	<b>1.6</b>	<b>32.3</b>		
dos quais:															
<b>UE-15</b>	<b>16 920</b>	<b>17 170</b>	<b>79.8</b>	<b>73.8</b>	<b>75.1</b>	<b>72.6</b>	<b>4.4</b>	<b>2.5</b>	<b>1.9</b>	<b>37.0</b>	<b>1.5</b>	<b>1.1</b>	<b>22.0</b>		
Espanha	6 370	6 658	20.9	27.7	28.3	28.1	12.1	7.5	2.1	40.9	4.5	1.3	25.4		
Alemanha	2 976	3 011	17.7	13.2	13.2	12.7	0.0	-0.5	-0.1	-1.4	1.2	0.2	3.1		
França	2 944	2 867	13.5	12.6	13.1	12.1	4.5	1.1	0.1	2.8	-2.6	-0.3	-6.7		
R.Unido	1 374	1 313	10.4	6.0	6.1	5.6	-4.9	-7.6	-0.5	-9.6	-4.4	-0.3	-5.3		
Itália	942	904	4.6	4.1	4.2	3.8	3.9	1.2	0.0	0.9	-4.1	-0.2	-3.4		
P.Baixos	770	769	3.8	3.4	3.4	3.3	3.4	-1.6	-0.1	-1.1	-0.1	0.0	-0.1		
Bélgica	587	598	4.3	2.6	2.6	2.5	-4.3	-2.6	-0.1	-1.4	1.8	0.0	0.9		
Suécia	258	291	1.5	1.2	1.1	1.2	2.0	11.7	0.1	2.8	13.0	0.1	2.9		
Dinamarca	162	164	1.0	0.7	0.7	0.7	-0.2	8.8	0.1	1.2	1.1	0.0	0.2		
<b>Alargamento</b>	<b>506</b>	<b>624</b>	<b>1.5</b>	<b>2.4</b>	<b>2.2</b>	<b>2.6</b>	<b>15.6</b>	<b>20.8</b>	<b>0.5</b>	<b>9.3</b>	<b>23.2</b>	<b>0.5</b>	<b>10.3</b>		
Polónia	148	189	0.5	0.7	0.7	0.8	13.3	25.0	0.2	3.3	27.3	0.2	3.6		
<b>Extra UE-27</b>	<b>5 095</b>	<b>5 864</b>	<b>18.6</b>	<b>23.9</b>	<b>22.6</b>	<b>24.8</b>	<b>11.4</b>	<b>11.7</b>	<b>2.7</b>	<b>53.8</b>	<b>15.1</b>	<b>3.4</b>	<b>67.7</b>		
dos quais:															
EUA	1 106	857	5.7	4.9	4.9	3.6	2.6	-22.6	-1.2	-24.1	-22.6	-1.1	-22.0		
Angola	923	1 188	2.1	4.6	4.1	5.0	24.2	30.1	1.2	24.2	28.7	1.2	23.3		
Singapura	347	484	0.4	1.9	1.5	2.0	42.2	18.5	0.4	7.1	39.6	0.6	12.1		
Malásia	263	239	0.2	1.1	1.2	1.0	49.7	18.4	0.2	3.1	-9.2	-0.1	-2.1		
Japão	206	115	0.3	0.8	0.9	0.5	25.9	-20.3	-0.1	-2.8	-44.1	-0.4	-8.0		
Suíça	160	182	1.1	0.7	0.7	0.8	-2.0	8.7	0.1	1.2	13.4	0.1	1.9		
Brasil	133	169	0.6	0.7	0.6	0.7	9.5	12.8	0.1	1.8	26.7	0.2	3.1		
Por memória:															
China	122	113	0.3	0.5	0.5	0.5	17.6	-23.8	-0.1	-2.9	-7.2	0.0	-0.8		
Rússia	78	126	0.1	0.4	0.3	0.5	35.0	43.8	0.2	3.1	61.7	0.2	4.2		
PALOP	1 132	1 434	3.0	5.6	5.0	6.1	20.3	28.4	1.4	28.1	26.7	1.3	26.6		
EFTA	230	258	1.9	1.0	1.0	1.1	-6.2	4.0	0.0	0.8	12.3	0.1	2.5		

\* O ano de 2007 na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Ago 07-Jul 08) / (Ago 06-Jul 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

## Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Julho de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 10,8% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos “Energéticos” (48,5%), “Material de Transporte” (17,1%), “Agro-alimentares” (12,4%), “Químicos” (7,7%) e “Máquinas” (6,7%).

Seguiram-se os grupos dos “Produtos Acabados Diversos” (2,7%), dos “Têxteis, Vestuário e Calçado” (2,0%), das “Peles, Madeira, Cortiça e Papel” (1,8%), e dos “Minérios e Metais” (1,1%).

A UE-27 foi a origem de 72,2% das entradas de mercadorias no período de Janeiro a Julho de 2008, cabendo 70,5% aos países da UE-15 e 1,7% aos doze países do alargamento.

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,2%), da Alemanha (11,9%) e de França (8,7%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,7% do total.

**Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
			Anual		Jan-Jul		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Jul		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%	p.p.		%	
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>32 801</b>	<b>36 546</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>10.8</b>	<b>10.8</b>	<b>100.0</b>	<b>11.4</b>	<b>11.4</b>	<b>100.0</b>
<b>Grupos de Produtos</b>													
000-Agro-Alimentares	4 141	4 565	12.8	12.8	12.6	12.5	5.5	10.5	1.3	12.4	10.2	1.3	11.3
100-Energéticos	4 187	6 413	9.6	14.3	12.8	17.5	14.2	39.4	5.3	48.5	53.2	6.8	59.4
200-Químicos	4 594	4 834	13.8	13.7	14.0	13.2	5.3	6.0	0.8	7.7	5.2	0.7	6.4
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 574	1 588	5.7	4.7	4.8	4.3	1.7	4.1	0.2	1.8	0.9	0.0	0.4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 257	2 226	8.6	6.6	6.9	6.1	0.2	3.1	0.2	2.0	-1.4	-0.1	-0.8
500-Minérios e Metais	3 658	3 719	8.9	10.5	11.2	10.2	9.1	1.1	0.1	1.1	1.7	0.2	1.6
600-Máquinas [3]	6 440	6 647	21.0	19.7	19.6	18.2	4.2	3.6	0.7	6.7	3.2	0.6	5.5
700-Material de Transporte [4]	4 018	4 617	13.6	12.1	12.2	12.6	3.0	15.9	1.9	17.1	14.9	1.8	16.0
800-Prod. Acabados Diversos	1 932	1 938	6.1	5.5	5.9	5.3	3.6	5.0	0.3	2.7	0.3	0.0	0.1
Total sem energéticos	28 614	30 134	90.4	85.7	87.2	82.5	4.4	6.4	5.6	51.5	5.3	4.6	40.6
<b>Mercados de origem</b>													
<b>Intra UE-27</b>	<b>24 928</b>	<b>26 384</b>	<b>79.9</b>	<b>74.7</b>	<b>76.0</b>	<b>72.2</b>	<b>4.1</b>	<b>6.7</b>	<b>5.1</b>	<b>47.1</b>	<b>5.8</b>	<b>4.4</b>	<b>38.9</b>
dos quais:													
<b>UE-15</b>	<b>24 398</b>	<b>25 747</b>	<b>77.9</b>	<b>73.0</b>	<b>74.4</b>	<b>70.5</b>	<b>4.1</b>	<b>6.5</b>	<b>4.8</b>	<b>44.5</b>	<b>5.5</b>	<b>4.1</b>	<b>36.0</b>
Espanha	10 079	11 040	28.9	30.3	30.7	30.2	6.5	9.5	2.9	27.3	9.5	2.9	25.7
Alemanha	4 367	4 344	15.0	13.2	13.3	11.9	3.0	1.2	0.2	1.5	-0.5	-0.1	-0.6
França	2 862	3 191	10.2	8.6	8.7	8.7	1.9	12.4	1.1	9.8	11.5	1.0	8.8
Itália	1 897	1 953	6.7	5.4	5.8	5.3	0.9	5.0	0.3	2.6	3.0	0.2	1.5
P.Baixos	1 522	1 623	4.6	4.7	4.6	4.4	6.0	9.8	0.5	4.2	6.6	0.3	2.7
R.Unido	1 243	1 115	5.2	3.6	3.8	3.0	-2.2	-11.5	-0.5	-4.2	-10.3	-0.4	-3.4
Bélgica	943	935	3.1	2.9	2.9	2.6	4.3	4.9	0.1	1.3	-0.8	0.0	-0.2
Suécia	396	439	1.2	1.1	1.2	1.2	4.7	7.4	0.1	0.8	10.9	0.1	1.2
<b>Alargamento</b>	<b>531</b>	<b>637</b>	<b>2.0</b>	<b>1.7</b>	<b>1.6</b>	<b>1.7</b>	<b>2.6</b>	<b>16.7</b>	<b>0.3</b>	<b>2.6</b>	<b>20.0</b>	<b>0.3</b>	<b>2.8</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>7 872</b>	<b>10 162</b>	<b>20.1</b>	<b>25.3</b>	<b>24.0</b>	<b>27.8</b>	<b>10.4</b>	<b>23.8</b>	<b>5.7</b>	<b>52.9</b>	<b>29.1</b>	<b>7.0</b>	<b>61.1</b>
dos quais:													
Brasil	744	879	1.5	2.5	2.3	2.4	16.0	27.7	0.6	5.5	18.1	0.4	3.6
China	554	661	0.8	1.9	1.7	1.8	25.3	28.2	0.5	4.3	19.2	0.3	2.8
Nigéria	616	1 150	1.3	1.8	1.9	3.1	12.6	65.1	1.1	10.2	86.7	1.6	14.3
EU A	543	662	2.1	1.7	1.7	1.8	1.5	29.1	0.4	4.1	22.0	0.4	3.2
Líbia	427	694	0.1	1.4	1.3	1.9	67.8	67.9	0.8	7.2	62.7	0.8	7.1
Noruega	369	421	1.1	1.2	1.1	1.2	7.8	15.0	0.2	1.6	14.0	0.2	1.4
Argélia	210	399	0.5	1.0	0.6	1.1	24.0	60.2	0.5	4.8	89.5	0.6	5.0
Japão	350	316	1.7	1.0	1.1	0.9	-4.5	-5.6	-0.1	-0.5	-9.9	-0.1	-0.9
Rússia	259	287	0.8	1.0	0.8	0.8	9.3	28.5	0.2	2.2	10.8	0.1	0.7
OPEP[5]	2 154	3 544	4.0	7.0	6.6	9.7	17.7	42.3	2.9	26.4	64.5	4.2	37.1
EFTA	642	693	2.2	2.0	2.0	1.9	4.1	9.5	0.2	1.7	7.9	0.2	1.4
PALOP	231	285	0.3	0.7	0.7	0.8	27.5	50.8	0.3	2.6	23.3	0.2	1.4

\* Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Ago 07-Jul 08) / (Ago 06-Jul 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

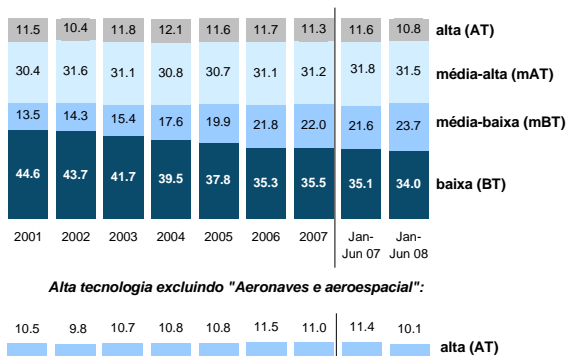
[5] Inclui Angola.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de *Janeiro a Junho de 2008*, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 53,4% para 55,2% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, desceu para 35,5% em 2007 e para 34,0% nos seis primeiros meses de 2008.

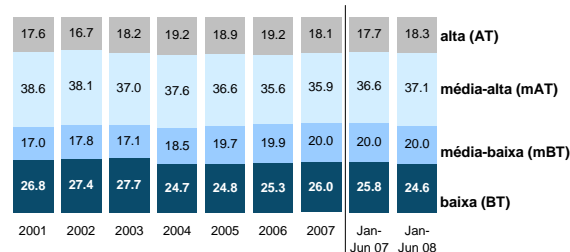
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 9/2008 em:

[www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

## Quadro 3.6. Saídas e Entradas\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Junho		Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.			Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)		
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan-Jun 2008/07	2006	2007	Jan-Jun 2007	2008	2007	Jan-Jun 2008
<b>SAÍDAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>35 006 935</b>	<b>17 887 499</b>	<b>17 999 300</b>	<b>5.7</b>	<b>9.4</b>	<b>0.6</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.4</b>	<b>0.6</b>
Alta tecnologia	3 948 255	2 075 593	1 948 899	7.4	5.3	-6.1	11.7	11.3	11.6	10.8	0.6	-0.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 847 830	2 034 778	1 805 352	8.3	4.7	-11.3	11.5	11.0	11.4	10.1	0.5	-1.3
Média-alta tecnologia	10 922 147	5 683 001	5 664 814	5.4	9.6	-0.3	31.1	31.2	31.8	31.5	3.0	-0.1
Média-baixa tecnologia	7 694 592	3 854 799	4 267 279	15.1	10.1	10.7	21.8	22.0	21.6	23.7	2.2	2.3
Baixa tecnologia	12 441 941	6 274 106	6 118 308	1.4	10.1	-2.5	35.3	35.5	35.1	34.0	3.6	-0.9
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Saídas</b>	<b>36 756 660</b>	<b>18 823 065</b>	<b>19 029 538</b>	<b>6.1</b>	<b>9.3</b>	<b>1.1</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.3</b>	<b>1.1</b>
Residual	1 749 725	935 566	1 030 238	15.4	7.3	10.1	4.8	4.8	5.0	5.4	0.4	0.5
<b>ENTRADAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>46 139 688</b>	<b>22 886 331</b>	<b>23 327 066</b>	<b>4.6</b>	<b>9.1</b>	<b>1.9</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.1</b>	<b>1.9</b>
Alta tecnologia	8 340 384	4 043 867	4 273 110	6.2	2.6	5.7	19.2	18.1	17.7	18.3	0.5	1.0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 752 974	3 868 974	3 723 094	5.5	0.5	-3.8	18.4	17.0	17.0	16.3	0.1	-0.6
Média-alta tecnologia	16 583 826	8 369 858	8 645 439	3.3	10.3	3.3	35.6	35.9	36.6	37.1	3.7	1.2
Média-baixa tecnologia	9 221 370	4 574 124	4 667 994	7.0	9.6	2.1	19.9	20.0	20.0	20.0	1.9	0.4
Baixa tecnologia	11 994 107	5 898 482	5 740 522	3.5	12.0	-2.7	25.3	26.0	25.8	24.6	3.0	-0.7
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Entradas</b>	<b>55 501 416</b>	<b>27 359 943</b>	<b>29 426 806</b>	<b>5.5</b>	<b>8.1</b>	<b>7.6</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>8.1</b>	<b>7.6</b>
Residual	9 361 728	4 473 611	6 099 740	11.0	3.5	36.3	17.6	16.9	16.4	20.7	0.6	5.9

\* Saídas de mercadorias correspondem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share:  $(VH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

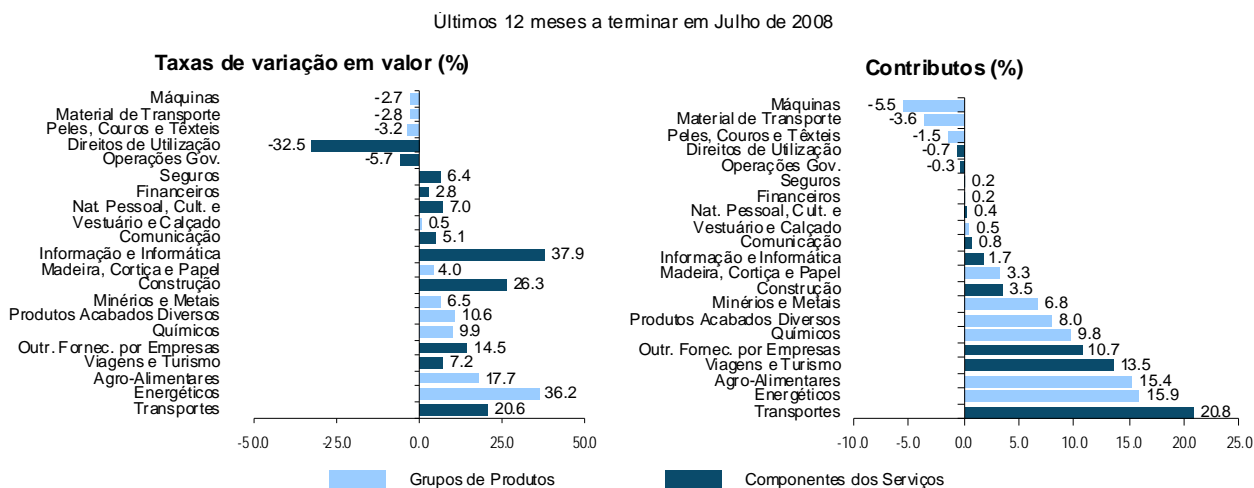
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar).

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Julho de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 29,6% do lado das “exportações” (crédito), e de 15,0% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses a terminar em Julho*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 7,1% em termos homólogos, sendo 50,8% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Serviços, e os restantes 49,2% pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (7,1 p.p = 100). A figura revela que entre os 6 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 3 referem-se a Serviços.

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**



**Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Julho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Jul		média anual 02-07	últimos 12 meses			Jan-Jul		
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
								p.p.	%		p.p.	%	
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>31 851</b>	<b>33 739</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>7.3</b>	<b>7.1</b>	<b>7.1</b>	<b>100.0</b>	<b>5.9</b>	<b>5.9</b>	<b>100.0</b>
<b>Bens</b>	<b>22 628</b>	<b>23 758</b>	<b>71.6</b>	<b>69.1</b>	<b>71.0</b>	<b>70.4</b>	<b>6.5</b>	<b>5.0</b>	<b>3.5</b>	<b>49.2</b>	<b>5.0</b>	<b>3.5</b>	<b>59.8</b>
<b>Serviços</b>	<b>9 223</b>	<b>9 981</b>	<b>28.4</b>	<b>30.9</b>	<b>29.0</b>	<b>29.6</b>	<b>9.1</b>	<b>12.2</b>	<b>3.6</b>	<b>50.8</b>	<b>8.2</b>	<b>2.4</b>	<b>40.2</b>
Transportes	2 379	2 676	5.0	7.8	7.5	7.9	17.2	20.6	1.5	20.8	12.4	0.9	15.7
Viagens e Turismo	3 895	4 083	15.9	13.5	12.2	12.1	3.9	7.2	1.0	13.5	4.8	0.6	9.9
Comunicação	356	374	0.7	1.1	1.1	1.1	18.4	5.1	0.1	0.8	4.9	0.1	0.9
Construção	333	377	0.6	1.1	1.0	1.1	22.3	26.3	0.3	3.5	13.0	0.1	2.3
Seguros	60	65	0.2	0.2	0.2	0.2	4.3	6.4	0.0	0.2	6.8	0.0	0.2
Financeiros	143	132	0.4	0.4	0.4	0.4	9.0	2.8	0.0	0.2	-7.4	0.0	-0.6
Informação e Informática	102	139	0.2	0.4	0.3	0.4	19.1	37.9	0.1	1.7	36.7	0.1	2.0
Direitos de Utilização	49	24	0.1	0.1	0.2	0.1	20.0	-32.5	0.0	-0.7	-51.7	-0.1	-1.4
Outr. Fornec. por Empresas	1 685	1 892	4.6	5.4	5.3	5.6	9.3	14.5	0.8	10.7	12.3	0.6	11.0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat	109	122	0.3	0.4	0.3	0.4	10.9	7.0	0.0	0.4	12.4	0.0	0.7
Operações Governamentais	110	98	0.4	0.3	0.3	0.3	4.5	-5.7	0.0	-0.3	-10.8	0.0	-0.6
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>37 466</b>	<b>41 749</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>3.8</b>	<b>11.0</b>	<b>11.0</b>	<b>100.0</b>	<b>11.4</b>	<b>11.4</b>	<b>100.0</b>
<b>Bens</b>	<b>31 727</b>	<b>35 487</b>	<b>84.6</b>	<b>84.5</b>	<b>84.7</b>	<b>85.0</b>	<b>3.7</b>	<b>11.1</b>	<b>9.4</b>	<b>85.5</b>	<b>11.9</b>	<b>10.0</b>	<b>87.8</b>
<b>Serviços</b>	<b>5 739</b>	<b>6 261</b>	<b>15.4</b>	<b>15.5</b>	<b>15.3</b>	<b>15.0</b>	<b>4.2</b>	<b>10.3</b>	<b>1.6</b>	<b>14.5</b>	<b>9.1</b>	<b>1.4</b>	<b>12.2</b>
Transportes	1 860	1 872	4.6	4.9	5.0	4.5	4.1	5.0	0.2	2.2	0.6	0.0	0.3
Viagens e Turismo	1 598	1 691	4.6	4.4	4.3	4.1	2.4	7.3	0.3	2.9	5.9	0.3	2.2
Comunicação	234	244	0.5	0.6	0.6	0.6	13.6	4.1	0.0	0.2	4.3	0.0	0.2
Construção	59	106	0.2	0.2	0.2	0.3	4.2	58.8	0.1	0.9	81.9	0.1	1.1
Seguros	117	120	0.3	0.3	0.3	0.3	11.6	3.4	0.0	0.1	2.6	0.0	0.1
Financeiros	117	159	0.4	0.3	0.3	0.4	5.7	21.3	0.1	0.7	35.9	0.1	1.0
Informação e Informática	148	209	0.4	0.4	0.4	0.5	7.2	33.5	0.1	1.2	41.7	0.2	1.4
Direitos de Utilização	193	192	0.7	0.5	0.5	0.5	0.8	-0.3	0.0	0.0	-0.5	0.0	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	1 067	1 334	2.9	3.0	2.8	3.2	5.8	26.2	0.7	6.8	25.0	0.7	6.2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat	223	238	0.5	0.6	0.6	0.6	4.9	3.8	0.0	0.2	6.7	0.0	0.3
Operações Governamentais	125	97	0.3	0.3	0.3	0.2	3.3	-23.0	-0.1	-0.7	-22.9	-0.1	-0.7

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.



**Artigos**



## Em Análise

### Relacionamento económico com a Federação Russa

Walter Anatole Marques<sup>1</sup>

Tem por objectivo este trabalho uma breve análise do relacionamento económico da Federação Russa com o Mundo e com Portugal<sup>2</sup>. Nos capítulos 1 a 3 reúne-se informação sobre indicadores económicos da Federação, investimento directo estrangeiro, balança comercial, mercados de origem e de destino dos fluxos comerciais, principais importações e exportações por tipos de produtos e participação portuguesa nas importações. No 4º capítulo aborda-se a evolução do comércio de mercadorias de Portugal com a Federação Russa, designadamente a balança comercial, principais produtos importados e exportados, incluindo uma análise das transacções de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica. No 5º e último capítulo aborda-se o comércio de Serviços e o investimento directo estrangeiro bilateral.

#### 1 – Enquadramento da Federação Russa

Com os seus cerca de 18 milhões de Km<sup>2</sup>, a Federação Russa é o maior país do mundo em extensão territorial, estendendo-se por 11 fusos horários. Tem fronteiras, ao longo de quase 40 mil quilómetros, com catorze países (Noruega, Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia, Azerbaijão, Cazaquistão, China, Mongólia e Coreia do Norte), e é banhada pelo Oceano Glacial Ártico, Oceano Pacífico, Mar Cáspio, Mar Báltico, e Mar Negro. A sua população aproxima-se dos 150 milhões de habitantes. A Federação Russa compreende em grande número, com diversos graus de autonomia, Repúblicas, Territórios, Regiões Administrativas, Distritos, 1 Região Autónoma e 2 cidades com estatuto federal (Moscou e São Petersburgo).

Após a dissolução da URSS, três estados, Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, fundaram, em 8 de Dezembro de 2001, a Comunidade de Estados Independentes (CEI / CIS), a que se juntaram, a 21 do mesmo mês, outras oito antigas repúblicas soviéticas: Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguizistão, Moldávia, Turcomenistão, Tajiquistão e Usbequistão. Só dois anos mais tarde se associou a Geórgia. Em Janeiro de 1993 foi adoptada a Carta da Comunidade, que introduziu o conceito de estado-membro, que contudo nunca foi ratificada pela Ucrânia. O acordo abrange as áreas do comércio, finanças, legislação e segurança. O Turcomenistão passou à condição de membro associado em Agosto de 2005 e a Geórgia notificou a organização, em Agosto de 2008, do seu abandono, com efeitos práticos 12 meses depois no termos da Carta. Das antigas repúblicas soviéticas apenas três não aderiram a esta comunidade: a Estónia, a Letónia e a Lituânia.

#### 2 – Indicadores económicos da Federação Russa

Com uma economia muito diversificada, a Federação Russa possui importantes recursos naturais e humanos. Após a desintegração da URSS, o país passou por uma transição difícil, mas desde 1999 que o país tem registado um crescimento económico significativo, não só devido à estabilidade político-social instituída, mas também na sequência da evolução positiva nos mercados internacionais dos preços de algumas das suas matérias-primas de exportação, em particular o petróleo e o gás natural.

---

<sup>1</sup> Chefe de Equipa Multidisciplinar da Unidade Funcional de Estatísticas de Comércio Internacional.

<sup>2</sup> A versão integral pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

Segundo o Banco Mundial, a Federação Russa ocupou em 2007 a 11ª posição entre as maiores economias mundiais. No Quadro 1 apresentam-se alguns indicadores económicos da Federação Russa.

**Quadro 1 - Alguns indicadores económicos da Federação Russa**

	1996	2005	2006	
PIB (milhões US\$)	391.7	764.5	986.9	
Deflador implícito do PIB	45.8	19.2	16.1	
FBCF ( % do PIB)	23.7	20.1	20.2	
Export Bens e Serv. (% do PIB)	26.1	35.1	33.9	
	86-96	96-06	2005	2006
<b>Cresc. médio anual:</b>				
PIB	-8.5	5.4	6.4	6.7
PIB per capita	-8.4	5.8	6.9	7.3
Exportação de bens e serviços	-4.4	8.2	6.4	7.2

**Estrutura da economia**

	1996	2005	2006	
<b>Em % do PIB:</b>				
Agricultura	7.2	5.5	4.9	
Indústria	38.7	39.7	39.4	
Serviços	54.1	54.8	55.8	
	86-96	96-06	2005	2006
<b>Cresc. médio anual:</b>				
Agricultura	-7.5	4.8	1.0	1.7
Indústria	-13.4	5.9	4.7	5.3
Serviços	-3.8	4.9	7.0	7.5
FBCF	-24.1	7.3	7.2	13.4

**Comércio**

	1996	2005	2006
<b>Milhões de US\$:</b>			
Exportações de mercadorias (Fob)	89 685	243 798	303 926
Crude (%)	17.4	34.2	33.7
Gás natural (%)	16.4	13.0	14.4
Manufacturas (%)	10.5	5.9	6.1
Importações de mercadorias (Cif)	70 684	129 578	159 838
Bens de investimento (%)	21.1	33.5	41.0
Alimentares (%)	16.4	13.4	13.5
Combustíveis e energia (%)	2.6	1.2	1.2
<b>Bens e Serviços</b>			
Exportações [1]	102 966	268 768	334 853
Importações [2]	86 757	164 299	209 431
Cobertura [1]:[2] (%)	118.7	163.6	159.9

Fonte: GEE, a partir de dados de base do World Bank - Russian Federation at a glance

A quota da Federação Russa nas importações mundiais tem aumentado sustentadamente, tendo passado de 1,71%, em 2000, para 2,59%.

O investimento directo estrangeiro do exterior na Federação Russa, em grande parte direccionado para o sector do gás e do petróleo, designadamente para *pipelines*, tem registado nos últimos anos um aumento significativo (Quadro 2).

**Quadro 2 - Investimento directo estrangeiro da Federação Russa**

	1990-2000 (média anual)	2003	2004	2005	2006
Exterior na Fed. Russa	2 373	7 958	15 444	12 766	28 732
% da FBCF	4.4	-	14.3	9.2	16.3
Fed. Russa no exterior	1 582	9 727	13 782	12 763	17 979
% da FBCF	3.0	-	12.8	9.2	10.2

Fonte: World Bank - World Investment Report 2007.

### 3 – Comércio de mercadorias da Federação Russa

#### 3.1 – Balança comercial de mercadorias

A balança comercial de mercadorias da Federação Russa com o Mundo, entre 2000 e 2007, é favorável à Federação, com elevados graus de cobertura das exportações pelas importações. As importações, segundo dados do Fundo Monetário Internacional, terão crescido 81,0% em 2007 em termos homólogos, após aumentos de 36,0% e 41,1% nos dois anos precedentes (Quadro 3). Contudo, dados do Banco Central da Federação Russa disponíveis apontam para crescimentos de menor amplitude, 36,0% em 2007, após aumentos da ordem dos 30% nos dois anos anteriores.

**Quadro 3 – Balança comercial de mercadorias da Federação Russa com o Mundo**

	milhões de US\$							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Importações (Cif)	33 853	36 889	45 508	56 677	69 055	97 405	132 517	239 812
<i>t.v.h</i>	-	9.0	23.4	24.5	21.8	41.1	36.0	81.0
Exportações (Fob)	102 999	82 538	107 224	131 469	166 370	239 277	291 881	343 901
<i>t.v.h</i>	-	-19.9	29.9	22.6	26.5	43.8	22.0	17.8
Saldo (Fob-Cif)	69 146	45 650	61 717	74 792	97 315	141 872	159 364	104 089
<i>t.v.h</i>	-	-34.0	35.2	21.2	30.1	45.8	12.3	-34.7
Cobertura (Fob/Cif)	304.3	223.7	235.6	232.0	240.9	245.7	220.3	143.4

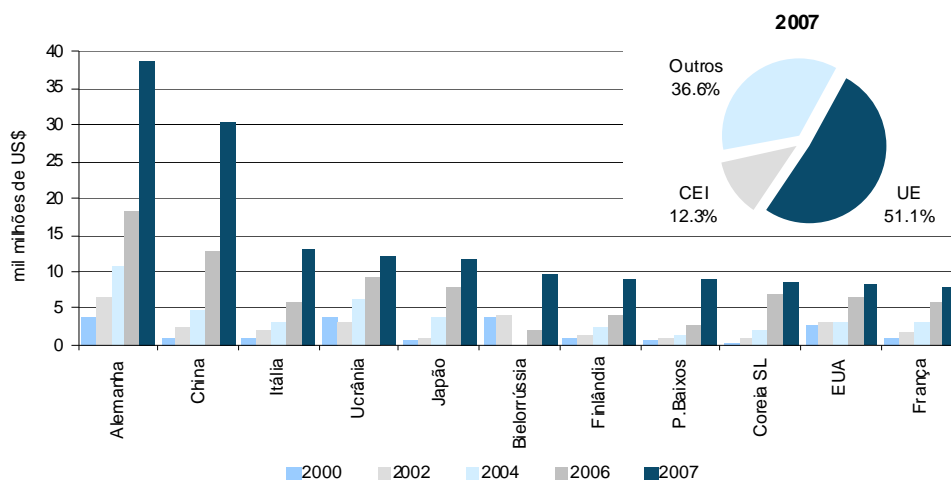
Fonte GEE, a partir de dados de base de dados IMF - Direction of Trade Statistics, Aug 2008.

#### 3.2 – Mercados de origem e de destino das mercadorias

O principal mercado de origem das importações de mercadorias na Federação Russa é a Alemanha, com 16,2% do total em 2007. Seguiu-se a China com 12,7%, e com quotas entre os 3,4% e os 5,5%, a Itália, Ucrânia, Japão, Bielorrússia, Finlândia, Países Baixos, Coreia do Sul, EUA e França. Em 2007, a União Europeia foi responsável por 51,1% dos fornecimentos, cabendo ainda 12,3% aos países da Comunidade de Estados Independentes (Figura 1).

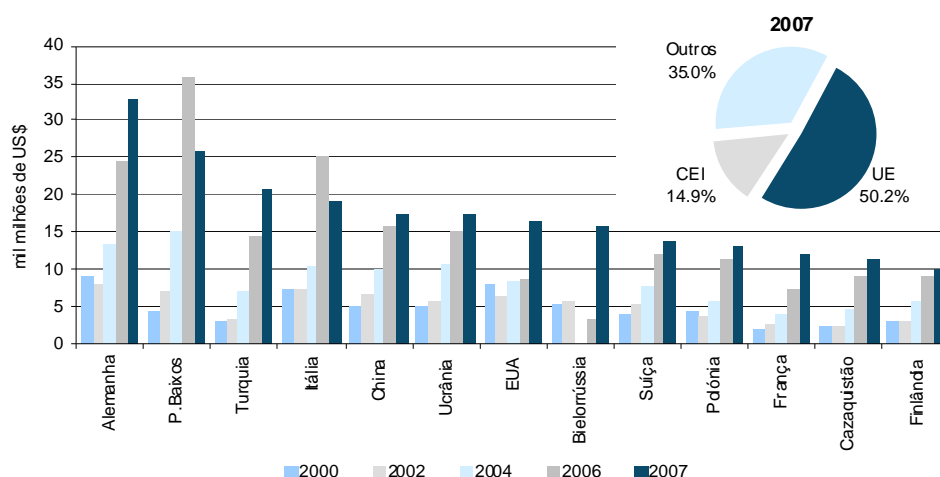
Na vertente das exportações da Federação Russa o principal mercado de destino é ainda a Alemanha com 9,5% do total em 2007, a que se seguiram, com quotas da ordem dos 5% a 6%, a Turquia, Itália, China, Ucrânia, EUA e Bielorrússia, e com quotas entre os 3% e os 4%, a Suíça, Polónia, França, Cazaquistão e Finlândia. A União Europeia absorveu metade das exportações da Federação em 2007, e a Comunidade dos Estados Independentes 14,9%. (Figura 2).

**Figura 1 – Principais mercados de origem das importações da Federação Russa (66,2%)**



Fonte: GEE, a partir de dados de base IMF - Direction of Trade Statistics, Aug 2008 (DOTS).

Figura 2 – Principais mercados de destino das exportações da Federação Russa (65,9%)



Fonte: GEE, a partir de dados de base IMF - Direction of Trade Statistics, Aug 2008 (DOTS).

### 3.3 – Principais produtos importados

No Quadro 4 relacionam-se os principais produtos importados pela Federação Russa em 2002, 2004 e 2006, definidos a dois dígitos do Sistema Harmonizado. Destacam-se, pelo seu peso relativo, as máquinas e aparelhos mecânicos, os veículos automóveis e as máquinas e aparelhos eléctricos, que no seu conjunto pesaram mais de 40% no total em 2006.

Quadro 4 – Principais produtos (SH-2) importados pela Federação Russa em 2006 (evolução entre 2002, 2004 e 2006)

SH-2	Descritivo	Milhões de US\$			Var. média anual (%)		Peso em 2006 (%)
		2002	2004	2006	02-04	04-06	
<b>Total das importações</b>		<b>46 177</b>	<b>75 569</b>	<b>137 728</b>	<b>27.9</b>	<b>35.0</b>	<b>100.0</b>
84	Reactores, caldeiras, máquinas e aparelh mecânicos, e suas partes	6 873	11 178	21 863	27.5	39.9	15.9
87	Veíc automóveis, tractores, ciclôs, outr veíc terrest; suas partes	2 352	7 487	18 670	78.4	57.9	13.6
85	Máquinas e aparelh élctric; grav/reprod imagem e som; suas partes	3 764	6 631	14 862	32.7	49.7	10.8
30	Produtos farmacêuticos	1 563	2 858	6 221	35.2	47.5	4.5
39	Plástico e suas obras	1 417	2 339	4 952	28.5	45.5	3.6
02	Carnes e miudezas comestíveis	2 310	2 248	4 498	-1.4	41.5	3.3
90	Aparelh óptica/fotografic/cinema/medida/precisão/médicos/outros; partes	1 355	2 065	3 914	23.4	37.7	2.8
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1 134	1 985	3 750	32.3	37.5	2.7
72	Ferro fundido, ferro e aço	659	1 856	3 580	67.9	38.9	2.6
08	Frutas e cascas de citrinos e melões	815	1 567	2 969	38.7	37.7	2.2
48	Papel, cartão, e suas obras; obras de pasta de celulose	1 202	1 773	2 547	21.4	19.9	1.8
28	Químicos inorgânicos; compostos de met preciosos/isótopos/semelh	1 257	1 351	2 397	3.7	33.2	1.7
27	Combustíveis, óleos e ceras minerais; destilados; mat betuminosas	1 003	1 411	1 827	18.6	13.8	1.3
33	Óleos essenciais e resinóides; prod perfumaria/toucadour; cosméticos	691	1 206	1 785	32.1	21.6	1.3
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	627	1 132	1 510	34.4	15.5	1.1
88	Aeronaves, aparelhos espaciais e suas partes	220	246	1 462	5.8	143.8	1.1
94	Mobiliário/cochões/semelh; aparelh iluminação; const pré-fabricadas	506	737	1 330	20.7	34.3	1.0
40	Borracha e suas obras	370	688	1 302	36.4	37.5	0.9
17	Açúcares e produtos de confeitaria	997	727	1 279	-14.6	32.6	0.9
32	Extractos tanantes, taninos, pigmentos, corantes, tintas e vernizes	479	750	1 259	25.1	29.6	0.9
03	Peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	313	643	1 203	43.4	36.8	0.9
64	Calçado, polainas e semelhantes, e suas partes	242	307	1 172	12.7	95.2	0.9
38	Produtos diversos das indústrias químicas	559	748	1 166	15.7	24.9	0.8
89	Embarcações e estruturas flutuantes	300	155	1 122	-28.1	168.9	0.8
20	Preparações de prod hortícolas, de frutas ou outras partes de plantas	432	598	975	17.6	27.7	0.7
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	255	466	930	35.3	41.3	0.7
04	Leite e lactínicos, ovos, mel, prod comestíveis origem animal n.e.	426	758	919	33.3	10.1	0.7
26	Minérios, escórias e cinzas	481	1 080	916	49.9	-7.9	0.7
24	Tabaco e seus sucedâneos manufacturados	756	757	898	0.1	8.9	0.7
29	Produtos químicos orgânicos	351	578	894	28.3	24.4	0.6
86	Veículos/material, via férrea; aparelh mecân sinalização p/vias	333	751	876	50.2	8.0	0.6
62	Vestuário excepto malha e seus acessórios	346	370	850	3.4	51.6	0.6
21	Preparações alimentícias diversas	440	639	844	20.6	14.9	0.6
99	Enc postais, provisões de bordo, comércio conf e outr mercad n.e.	4 185	6 906	7 357	28.5	3.2	5.3
					Total (%):		88.7

Fonte: GEE, a partir de dados de base ITC (International Trade Centre).

No Quadro 5 encontram-se ordenados os crescimentos mais dinâmicos das importações entre 2004 e 2006, por produtos SH-2 e em anexo (Anexo I), apresenta-se com maior detalhe, a 4 dígitos do Sistema Harmonizado, o conteúdo dos 12 principais capítulos (SH-2), que cobriram em 2006 cerca de 2/3 das importações.

**Quadro 5 - Crescimentos mais dinâmicos das importações da Federação Russa entre 2004 e 2006**

Produtos SH-2	Tx.méda anual 04-06	Peso no Total (%)
89 Embarcações e estruturas flutuantes	168.9	0.8
88 Aeronaves, aparelhos espaciais e suas partes	143.8	1.1
64 Calçado, polainas e semelhantes, e suas partes	95.2	0.9
87 Veíc automóveis, tractores, ciclôs, outr veíc terrest; suas partes	57.9	13.6
62 Vestuário excepto malha e seus acessórios	51.6	0.6
85 Máquinas e aparelh eléctr; grav/reprod imagem e som; suas partes	49.7	10.8
30 Produtos farmacêuticos	47.5	4.5
39 Plástico e suas obras	45.5	3.6
02 Carnes e miudezas comestíveis	41.5	3.3
07 Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	41.3	0.7
84 Reactores, caldeiras, máquinas e aparelh mecânicos, e suas partes	39.9	15.9
72 Ferro fundido, ferro e aço	38.9	2.6
90 Aparelh óptica/fotog/cinema/medida/precisão/médicos/outros; partes	37.7	2.8
08 Frutas e cascas de citrinos e melões	37.7	2.2
40 Borracha e suas obras	37.5	0.9
73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço	37.5	2.7
03 Peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	36.8	0.9
94 Mobiliário/colchões/semelh; aparelh iluminação; const pré-fabricadas	34.3	1.0
28 Químicos inorgânicos; compostos de met preciosos/isótopos/semelh	33.2	1.7
17 Açúcares e produtos de confeitaria	32.6	0.9
	<b>Total (%):</b>	<b>71.4</b>

Fonte: GEE, a partir de dados de base ITC (Internacional Trade Centre).

### 3.4 – Principais produtos exportados pela Federação Russa

Os principais produtos de exportação da Federação Russa são os produtos energéticos. Segundo dados do Banco Central da Federação Russa, nos últimos 3 anos as exportações destes produtos, em que se destaca o *crude*, representaram mais de 60% do total, quota que se situava na casa dos 50% desde 2000 (Quadro 6).

**Quadro 6 - Exportações de produtos energéticos da Federação Russa**

	milhões de US\$							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Energéticos</b>	<b>52 835</b>	<b>52 135</b>	<b>56 264</b>	<b>73 720</b>	<b>100 167</b>	<b>148 915</b>	<b>190 761</b>	<b>218 568</b>
<i>% das export. totais</i>	<i>50.3</i>	<i>51.2</i>	<i>52.4</i>	<i>54.2</i>	<i>54.7</i>	<i>61.1</i>	<i>62.8</i>	<i>61.7</i>
<b>Crude</b>	<b>25 272</b>	<b>24 990</b>	<b>29 113</b>	<b>39 679</b>	<b>59 045</b>	<b>83 438</b>	<b>102 283</b>	<b>121 503</b>
<i>% dos energéticos</i>	<i>47.8</i>	<i>47.9</i>	<i>51.7</i>	<i>53.8</i>	<i>58.9</i>	<i>56.0</i>	<i>53.6</i>	<i>55.6</i>
CEI / CIS	2 361	2 970	3 669	4 985	7 871	9 612	11 528	14 085
Extra CEI / CIS	22 911	22 020	25 445	34 694	51 173	73 826	90 756	107 418
<b>Refinados</b>	<b>10 919</b>	<b>9 375</b>	<b>11 253</b>	<b>14 060</b>	<b>19 269</b>	<b>33 807</b>	<b>44 672</b>	<b>52 228</b>
<i>% dos energéticos</i>	<i>20.7</i>	<i>18.0</i>	<i>20.0</i>	<i>19.1</i>	<i>19.2</i>	<i>22.7</i>	<i>23.4</i>	<i>23.9</i>
CEI / CIS	768	543	427	640	981	1 430	2 673	3 174
Extra CEI / CIS	10 151	8 832	10 827	13 420	18 288	32 376	41 999	49 054
<b>Gás natural</b>	<b>16 644</b>	<b>17 770</b>	<b>15 897</b>	<b>19 981</b>	<b>21 853</b>	<b>31 671</b>	<b>43 806</b>	<b>44 837</b>
<i>% dos energéticos</i>	<i>31.5</i>	<i>34.1</i>	<i>28.3</i>	<i>27.1</i>	<i>21.8</i>	<i>21.3</i>	<i>23.0</i>	<i>20.5</i>

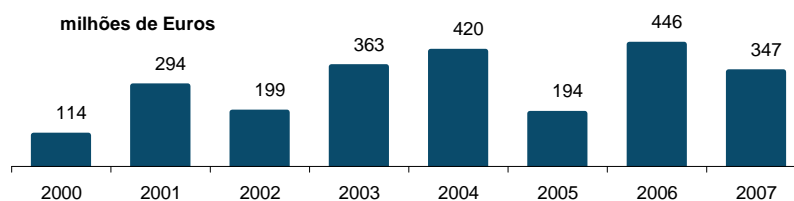
Por memória:

Exportações totais.	105 033	101 884	107 301	135 929	183 207	243 798	303 550	354 401
---------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Fonte: GEE, a partir de dados do Banco Central da Federação Russa.



**Figura 3 - Evolução das importações portuguesas de produtos energéticos com origem na Federação Russa**



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (2000 a 2004 - últimas versões; 2005 - 2ª versão; 2006 - 3ª versão; 2007 - versão preliminar).

Dados preliminares já disponíveis para os primeiros oito meses de 2008 apontam para um crescimento das exportações, em termos homólogos, de 52,2%, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a subir para 40,7%.

O peso da Federação Russa nas importações totais portuguesas quase duplicou entre 2000 e 2007, ao passar de 0,57% para 1,01%. Por sua vez, o peso das exportações mais que sextuplicou, subindo de 0,06% em 2000, para 0,39% em 2007. A Federação Russa é um dos mercados em que as exportações portuguesas têm crescido de forma mais dinâmica.

#### 4.2 – Exportações portuguesas para a Federação Russa

Entre 2000 e 2006, as exportações portuguesas para a Federação Russa registaram crescimentos significativos em todos os Grupos de Produtos, comportamento que se manteve em 2007 à excepção dos grupos “Vestuário e calçado” (-4,2%) e “Energéticos”, este com muito reduzida expressão e sem movimento em 2007 (Quadro 9).

Em 2007, as maiores exportações incidiram nos grupos “Madeira, Cortiça e Papel” (18,2% e +24,7% em termos homólogos), em particular na cortiça, “Agro-alimentares” (17,4% e +72,7%), “Máquinas” (16,2% e +36,4%), “Químicos” (10,6% e +13,9%) e “Vestuário e calçado”, principalmente calçado (10,6% e -4,2%). O maior ritmo de crescimento ocorreu no grupo “Material de transporte” (+320,9%), em sua grande parte veículos automóveis.

**Quadro 9 - Exportações portuguesas com destino à Federação Russa por Grupos de Produtos**

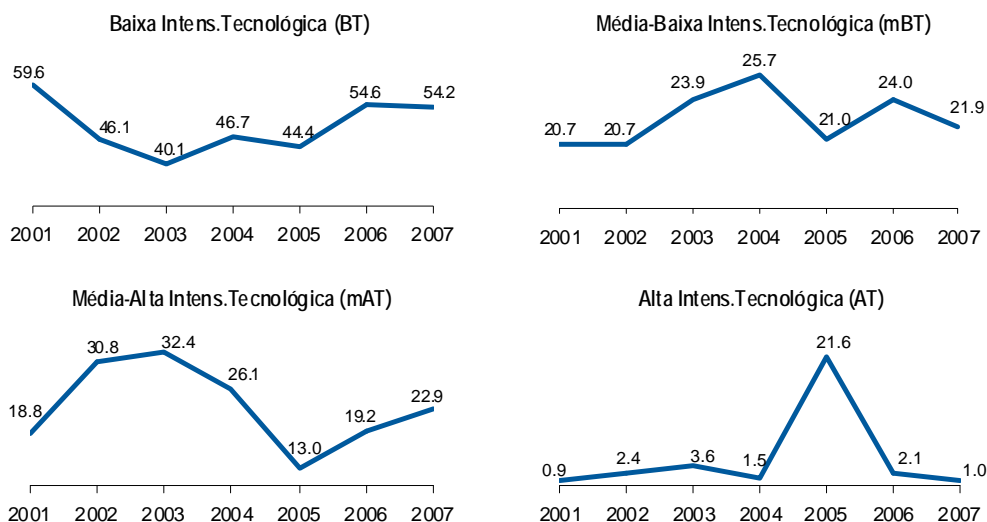
Grupos de Produtos	1000 Euros			Tx. média anual 00-06	TVH 07/06	% do Total		
	2000	2006	2007			00	06	07
<b>Total das Exportações</b>	<b>16 652</b>	<b>108 189</b>	<b>143 186</b>	<b>36.6</b>	<b>32.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
300 Madeira, cortiça e papel	5 034	20 878	26 044	26.8	24.7	30.2	19.3	18.2
000 Agro-alimentares	641	14 459	24 976	68.1	72.7	3.8	13.4	17.4
700 Máquinas	1 332	16 979	23 157	52.8	36.4	8.0	15.7	16.2
200 Químicos	2 774	13 372	15 234	30.0	13.9	16.7	12.4	10.6
500 Vestuário e calçado	2 879	15 816	15 144	32.8	-4.2	17.3	14.6	10.6
600 Minérios e metais	550	9 163	13 210	59.8	44.2	3.3	8.5	9.2
900 Prod. acabados diversos	2 737	10 027	10 812	24.2	7.8	16.4	9.3	7.6
400 Peles, couros e têxteis	291	5 796	7 484	64.6	29.1	1.7	5.4	5.2
800 Material de transporte	414	1 692	7 124	26.4	320.9	2.5	1.6	5.0
101 Energéticos	0	6	0	125.9	-100.0	0.0	0.0	0.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000-última versão; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão.

Numa análise das exportações para a Federação Russa de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, verifica-se que os produtos de **baixa intensidade tecnológica** representaram 54,2% do total em 2007 (Figura 5). Neste tipo de produtos insere-se principalmente a cortiça, o calçado e os produtos agro-alimentares.

**Figura 5 - Exportações de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica**

(em percentagem do total dos produtos industriais transformados)

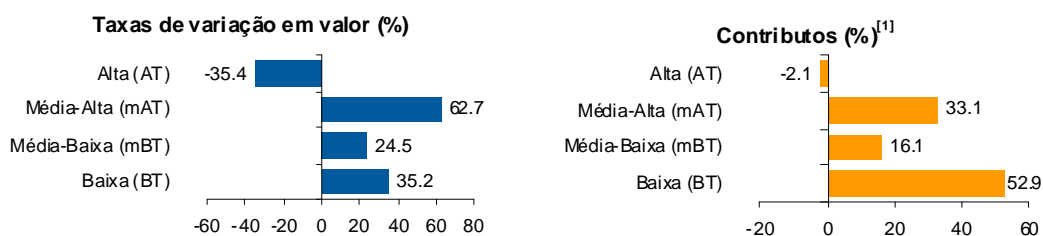


Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão).

Os produtos de **média-alta** e de **média-baixa intensidade tecnológica**, em partes sensivelmente iguais, pesaram no seu conjunto 44,8%, e os produtos de **alta intensidade tecnológica** apenas 1%. O pico verificado em 2005 nesta última categoria correspondeu à exportação pontual de um avião.

O maior ritmo de crescimento em valor ocorreu nos produtos de **média-alta intensidade tecnológica** (+62,7%), que contribuíram com 33,1% para o acréscimo das exportações portuguesas para a Federação em 2007. O maior contributo coube contudo aos produtos de baixa intensidade tecnológica (52,9% e TVH de +35,2%) (Figura 6).

**Figura 6 - Taxas de crescimento das exportações de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, e contributos das componentes<sup>[1]</sup> em 2007**



[1] Contributos para a taxa de crescimento das exportações de produtos industriais transformados - análise 'shift share':  $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$  - em percentagem.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão).

### 4.3 – Importações portuguesas da Federação Russa

As importações portuguesas originárias da Federação Russa caíram 14,0% em 2007, em termos homólogos, com quebras nos grupos de produtos dominantes (Quadro 10). As aquisições do grupo “Energéticos”, que representou 62,0% do total em 2007, centradas no gasóleo, seguido do fuelóleo, quebraram 22,3%. As do grupo “Agro-alimentares”, 13,8% do total, com predomínio do peixe e crustáceos, decaíram 23,4%, e as de Minérios e Metais, com um peso de 8,4%, essencialmente ferro e aço, diminuíram 33,5%. O grupo “Material de Transporte” registou um acentuado acréscimo, explicado pela importação de 7 helicópteros nesse ano.

Em anexo (Anexo III), apresentam-se as importações desagregadas por Subgrupos de Produtos.

**Quadro 10 - Importações portuguesas com origem na Federação Russa por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	1000 Euros			Tx. média anual 00-06	TVH 07/06	% do Total		
	2000	2006	2007			00	06	07
<b>Total das Importações</b>	<b>247 855</b>	<b>649 997</b>	<b>559 237</b>	<b>17.4</b>	<b>-14.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
101 Energéticos	113 790	446 313	346 568	25.6	-22.3	45.9	68.7	62.0
000 Agro-alimentares	67 234	100 883	77 302	7.0	-23.4	27.1	15.5	13.8
500 Minérios e metais	51 113	70 902	47 166	5.6	-33.5	20.6	10.9	8.4
700 Material de transporte	123	64	42 912	-10.2	6.7E+04	0.0	0.0	7.7
200 Químicos	2 358	22 161	31 382	45.3	41.6	1.0	3.4	5.6
300 Peles, mad., cortiça e papel	5 096	6 952	10 315	5.3	48.4	2.1	1.1	1.8
600 Máquinas	237	923	2 081	25.5	125.3	0.1	0.1	0.4
400 Têxteis, vestuário e calçado	6 992	1 670	1 378	-21.2	-17.5	2.8	0.3	0.2
800 Prod. Acabados diversos	912	128	134	-27.9	4.4	0.4	0.0	0.0

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2000-última versão; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão.

### 4.4 – Comércio de Serviços

Em 2007 a Balança de Serviços de Portugal com a Federação Russa foi favorável a Portugal, com um saldo positivo de cerca de 11 milhões de Euros (Quadro 11).

**Quadro 11 - Comércio de Serviços com a Federação Russa**

	milhares de Euros e percentagem					Tx. Média 03-07
	2003	2004	2005	2006	2007	
<b>Crédito (exportação) (1)</b>	<b>11 572</b>	<b>20 892</b>	<b>14 596</b>	<b>21 118</b>	<b>36 669</b>	<b>33.4</b>
<i>t.v.h.</i>	-	80.5	-30.1	44.7	73.6	
<i>do qual:</i>						
Viagens e turismo (2)	9 160	18 226	12 174	17 420	26 243	30.1
<i>t.v.h.</i>	-	99.0	-33.2	43.1	50.7	
<b>Débito (importação) (3)</b>	<b>13 191</b>	<b>17 485</b>	<b>19 421</b>	<b>22 289</b>	<b>25 947</b>	<b>18.4</b>
<i>t.v.h.</i>	-	32.5	11.1	14.8	16.4	
<i>do qual:</i>						
Viagens e turismo (4)	2 718	4 194	4 832	5 238	6 803	25.8
<i>t.v.h.</i>	-	54.3	15.2	8.4	29.9	
<b>Saldo (1)-(3)</b>	<b>-1 619</b>	<b>3 408</b>	<b>-4 825</b>	<b>-1 171</b>	<b>10 722</b>	
<i>do qual:</i>						
Viagens e turismo (2)-(4)	6 442	14 032	7 342	12 182	19 440	

Fonte: GEE, a partir de dados de base do Banco de Portugal.

As exportações de Serviços (crédito) cresceram entre 2003 e 2007 à taxa média anual de 33,4%. Em 2007, as “Viagens e turismo” representaram 72% do total, com um aumento de 50,7% em relação ao ano anterior e uma taxa média de crescimento anual de 30,1% nos últimos 4 anos.

Por sua vez, as importações de Serviços aumentaram a uma taxa média anual inferior, 18,4% entre 2003 e 2007. As “Viagens e Turismo” pesaram 26% no total em 2007, a que correspondeu um acréscimo de cerca de 30% em termos homólogos, e uma taxa média de crescimento anual de 25,8% a partir de 2003.

## **5 – Investimento Directo Estrangeiro**

O Investimento Directo Estrangeiro de Portugal na Federação Russa e da Federação Russa em Portugal é pouco expressivo, tendo rondado escassos 2 milhões de Euros em cada um dos fluxos em 2007, o ano mais expressivo desde 2001.

O investimento de Portugal incidiu principalmente nas “Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas”, enquanto que o da Federação Russa, mais diversificado, se distribuiu por este mesmo sector, pelo do “Comércio por grosso e a retalho”, da “Construção” e “Sector não identificado e particulares”.

**Anexo I - Principais importações da Federação Russa em 2006  
por produtos SH-4, acima de 200 milhões de US\$  
(comparticipação portuguesa)**

Produtos SH-4	Milhões de US\$	Peso nas import. totais (%)	Peso nas import. mundiais (%)	Export. portuguesa (Cif) 10 <sup>6</sup> US\$
<b>84 Reactores, caldeiras, máquinas e aparelh mecânicos, e suas partes</b>	<b>21 863</b>	<b>15.9</b>	<b>1.4</b>	<b>20880</b>
<i>dos quais:</i>				
8471 Máq automáticas p/processamento dados e suas unidades; máq codificadoras	2 056	1.5	0.7	0.031
8419 Aparelh aquecimento/cozimento/torrefação/destilação/esteriliz/secagem, etc	1 336	1.0	5.2	3.499
8430 Outras máq terraplanagem/nivelar/escavar/perfurar; bate-estacas; limpa-neves	1 069	0.8	11.9	
8479 Aparelhos mecânicos c/função própria n.e. nem ind noutras p.p.	963	0.7	1.5	2.942
8421 Centrifugadores, aparelhos para filtrar líquidos ou gases	941	0.7	2.8	
8414 Bombas ar/vácuo, compressores ar/gases, ventiladores e exaustores	896	0.7	1.8	0.061
8429 Bulldozers/niveladoras/pás mecân/escavadoras/cilindros, autopropulsionados	891	0.6	2.3	0.250
8428 Elevadores, escadas rolantes, transportadores e teleféricos	702	0.5	3.9	
8418 Refrigeradores/congeladores/máq produção frio; bombas de calor	674	0.5	2.2	0.563
8413 Bombas p/líquidos mesmo com medidor; elevadores de líquidos	663	0.5	1.7	0.002
8450 Máquinas de lavar roupa, mesmo com dispositivo de secagem	644	0.5	6.0	
8422 Máq de lavar louça/limpar/secar recipientes/encher/capsular/rotular/etc.	607	0.4	3.2	0.001
8477 Máq para trabalhar borracha ou plástico, não incluídas noutras pp.	604	0.4	3.3	0.094
8481 Tomeiras e válvulas, para canalizações/caldeiras/reservatórios/out recipientes	552	0.4	1.0	1.815
8474 Máq trabalhar terras/pedra/minérios/comb sólidos/cimento/gesso/etc	533	0.4	4.3	
8438 Outras máq p/preparar alimentos ou bebidas, excepto óleos ou gorduras	490	0.4	6.0	0.001
8433 Máquinas para colher/debulhar/enfardar/limpar/seleccionar produtos	426	0.3	3.5	
8436 Outr máq agrícolas/hort/avicultura/apicultura, incl germinadores e chocadeiras	413	0.3	10.9	
8407 Motores de explosão (alternativos ou rotativos)	395	0.3	1.1	
8473 Partes/acessórios de máq escrever/calcular/processamento de dados/escritório	384	0.3	0.2	
8431 Partes de macacos/guindastes/empilhadores/bulldozers/outros	355	0.3	0.8	0.000
8426 Cábreas; guindastes; pontes rolantes; pórticos de descarga	343	0.2	3.2	0.086
8411 Turbo reactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	317	0.2	0.5	
8483 Veios e cx transmissão/chumaceiras/bronzes/eixos/embragagens/semelhantes	275	0.2	0.8	0.067
8443 Máq de impressão, aparelho de copiar e fax, mesmo combinados; suas partes	263	0.2	1.5	0.007
8462 Máq-ferramentas p/forjar metais/estampar/martelar/enrolar/dobrar/etc	256	0.2	2.9	0.395
8427 Empilhadores; veículos elevatórios de carga	254	0.2	2.2	
8455 Laminadores de metais e seus cilindros	251	0.2	5.0	
8432 Máquinas de uso agrícola/hortícola/floresta; rolos para relvados	248	0.2	6.4	0.078
8417 Fornos industriais/laboratório, incluindo incineradores, não eléctricos	243	0.2	6.3	
8424 Aparelh mecânicos p/ projectar líq/pós; extintores; aparelho de jacto areia/vapor	222	0.2	1.9	
8465 Máq-ferramentas p/trabalhar madeira/cortiça/osso/borracha e plástico duros	218	0.2	3.1	0.065
8482 Rodamentos de esferas de roletes ou de agulhas	210	0.2	0.9	0.000
<b>87 Veic automóveis, tractores, ciclos, outr veic terrest; suas partes</b>	<b>18 670</b>	<b>13.6</b>	<b>1.9</b>	<b>2209</b>
<i>dos quais:</i>				
8703 Automóveis de passageiros e mistos; automóveis de corrida	12 721	9.2	2.4	0.011
8708 Partes e acessórios de tractores e de veículos automóveis	2 185	1.6	0.9	0.064
8701 Tractores, excepto p/transporte de mercadorias a curta distância	1 174	0.9	3.3	
8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	1 046	0.8	1.1	0.002
8716 Reboques/semi-reboques; outros veículos não autopropulsionados; suas partes	484	0.4	2.6	0.030
8707 Carroçarias p/tractores e veículos automóveis, incluindo as cabinas	349	0.3	5.2	
8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros, incluindo o condutor	256	0.2	2.3	0.579
8705 Veículos automóveis para usos especiais (ambulâncias/incêndos/etc)	243	0.2	3.0	
<b>85 Máquinas e aparelh electr, grav/reprod imagem e som; suas partes</b>	<b>14 862</b>	<b>10.8</b>	<b>0.9</b>	<b>1.483</b>
<i>dos quais:</i>				
8525 Emiss rádio/TV c/s receptor/grav (telemóveis); câmaras TV; máq foto dgit/vídeo	5 325	3.9	2.5	
8517 Aparelh telefónicos (incl redes celulares)/telecomunicação, com ou sem fios	932	0.7	1.1	
8516 Aquecedores electr de água/ambiente; outr aparelh electrotérmicos domésticos	811	0.6	2.8	0.192
8528 Monitores/project/receptores TV c/s/ rádio/gravad ou reprod som ou imagem	769	0.6	1.0	
8504 Transformadores/convertidores electr estáticos, bobinas reactância/auto-indução	545	0.4	0.9	
8529 Partes de emissores/radares/rádios/monitores/projectores/receptores TV	492	0.4	0.5	0.465
8537 Quadros/cabinas/armários p/comand/distribuição energia eléctrica	484	0.4	2.0	
8544 Fios/cabos/outr condutores electr isolados/fibra óptica, mesmo c/peças conexão	460	0.3	0.6	
8502 Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	456	0.3	3.0	
8540 Lâmpadas/tubos/válvulas, electrónicos, excepto de incandescência/descarga	388	0.3	4.9	
8536 Interrupt/seccionadores/aparelh protecção/ligação electr, até 1 KV	372	0.3	0.5	0.303
8527 Receptores para radiodifusão mesmo combinados c/ gravad/reprod/relógio	364	0.3	1.6	
8509 Aparelhos electromecânicos domésticos c/motor eléctrico, excepto aspiradores	329	0.2	2.8	0.001
8521 Vídeos de gravação e/ou reprodução	317	0.2	1.8	
8501 Motores e geradores eléctricos, excepto grupos electrogéneos	306	0.2	0.9	
8518 Microfones/alto-falantes/auscultadores/amplificador electr de audiofrequência	243	0.2	1.1	0.011
8508 Aspiradores	232	0.2	2.3	
8542 Circuitos integrados electrónicos	218	0.2	0.1	
8507 Acumuladores eléctricos e seus separadores	208	0.2	1.0	0.057

(continua)

Produtos SH-4	Milhões de US\$	Peso nas import. totais (%)	Peso nas import. mundiais (%)	Export. portuguesa (Cif) 10 <sup>6</sup> US\$
<b>30 Produtos farmacêuticos</b>	<b>6 221</b>	<b>4.5</b>	<b>2.1</b>	<b>0.000</b>
<i>dos quais:</i>				
3004 Medicamentos fins terapêut/profiláticos, acondicionados p/venda a retalho	5 285	3.8	2.3	
3002 Sangue humano/animal uso médico/anti-soros/vacinas/similares	728	0.5	2.0	
<b>39 Plástico e suas obras</b>	<b>4 952</b>	<b>3.6</b>	<b>1.3</b>	<b>7.105</b>
<i>dos quais:</i>				
3907 Poliésteres e resinas epóxicas/policarbonatos, em formas primárias	633	0.5	1.5	
3920 Outras chapas/folhas/películas/tiras/lâminas, de plástico não alveolar	484	0.4	1.3	5.133
3901 Polímeros de etileno em formas primárias	470	0.3	1.0	0.011
3926 Outras obras de plástico (etileno/propileno/PVC/resinas/etc.)	378	0.3	0.9	0.128
3923 Embalagens/rolhas/cápsulas/tampas, de plástico	371	0.3	1.1	0.035
3921 Outras chapas/folhas/películas/tiras e lâminas, de plástico	315	0.2	2.0	0.243
3904 Polímeros de cloro de vinilo/outras de finas halogenad, em formas primárias	300	0.2	2.2	
3916 Monofilamentos diâm > 1mm, varas, bastões e perfis, de plástico	288	0.2	6.9	
3917 Tubos/juntas/cotovelos/flanges/unões, de plástico	259	0.2	1.9	1.058
3902 Polímeros de propileno/outras olefinas, em formas primárias	259	0.2	1.0	
3903 Polímeros de estireno, em formas primárias	231	0.2	1.1	
<b>02 Carnes e miudezas comestíveis</b>	<b>4 498</b>	<b>3.3</b>	<b>6.8</b>	<b>0.000</b>
<i>dos quais:</i>				
0202 Carne de bovino, congelada	1 531	1.1	16.8	
0203 Carne de suíno, fresca/refrigerada/congelada	1 397	1.0	7.2	
0207 Miudezas galinhas/patos/perus/gansos/pintadas, fresca/refrig/congelada	922	0.7	7.7	
0206 Miudezas bovinas/suínas/ovinas/capr/caval/asin/muar, fresca/refrig/congeladas	295	0.2	10.8	
<b>90 Aparelh óptica/fotog/cin em a/medida/precisão/médicos/outros; partes</b>	<b>3 914</b>	<b>2.8</b>	<b>1.0</b>	<b>0.056</b>
<i>dos quais:</i>				
9018 Instrumentos para medicina/cirurgia/testes visuais/outr aparelh electromédicos	1 068	0.8	1.7	
9022 Aparelh raios-X/outr radiações, mesmo para usos médicos	522	0.4	3.3	
9027 Aparelh p/análises física/química, ensaios viscosidade/dilatação/fotometria/etc	371	0.3	1.6	
9009 Fotocopiadores e aparelhos de termocópia	264	0.2	1.6	
9032 Aparelhos para regulação/controlo, automáticos	239	0.2	1.0	
9031 Aparelh de medida/controlo n.e. nem ind noutras p.p.; projectores de perfis	205	0.1	0.8	0.053
<b>73 Obras de ferro fundido, ferro ou aço</b>	<b>3 750</b>	<b>2.7</b>	<b>1.8</b>	<b>7.087</b>
<i>dos quais:</i>				
7305 Tubos de ferro/aço secção circular, diâmetro exterior > 406,4 mm	838	0.6	11.0	
7304 Tubos e perfis ocios de ferro ou aço sem costura	727	0.5	2.5	
7308 Construções ferro/aço e s/partes (comportas/pórticos/estruturas/caixilhos, etc)	527	0.4	2.1	
7326 Obras de ferro ou aço n.e.	374	0.3	1.2	2.036
7318 Parafusos, pernos, porcas, ganchos, rebites e outros, em ferro ou aço	223	0.2	0.9	0.000
<b>72 Ferro fundido, ferro e aço</b>	<b>3 580</b>	<b>2.6</b>	<b>1.1</b>	<b>0.041</b>
<i>dos quais:</i>				
7208 Laminados planos a quente de ferro/aço não ligado, >= 600mm largura	763	0.6	1.5	
7210 Laminados planos ferro/aço não ligado, chapead/revestidos, >= 600mm largura	707	0.5	1.9	0.041
7225 Laminados planos de ligas de aço n.e., >= 600mm largura	513	0.4	3.5	
7214 Barras de ferro/aço não ligado forjadas/laminadas/estirad/extrudadas a quente	320	0.2	2.0	
7202 Ferro-ligas	318	0.2	1.4	
7216 Perfis de ferro ou aço não ligado	297	0.2	2.2	
<b>08 Frutas e cascas de citrinos e melões</b>	<b>2 969</b>	<b>2.2</b>	<b>4.9</b>	<b>4.480</b>
<i>dos quais:</i>				
0805 Citrinos, frescos ou secos	698	0.5	8.5	0.015
0808 Maçãs, peras e marmelos, frescos	554	0.4	8.1	4.465
0803 Bananas, incluindo os plátanos, frescas/secas	481	0.3	5.3	
0806 Uvas frescas ou secas	386	0.3	6.2	
0809 Damascos, cerejas, pêssegos, ameixas e abrunhos, frescos	245	0.2	7.1	
<b>48 Papel, cartão, e suas obras; obras de pasta de celulose</b>	<b>2 547</b>	<b>1.8</b>	<b>1.7</b>	<b>0.711</b>
<i>dos quais:</i>				
4810 Papel/cartão revestido a caulino/outras substâncias inorgânicas, em rolos/folhas	506	0.4	1.7	0.018
4818 Lenços/toalh/guardanap/fraldas/pensos higién/papel higiénico/vestuário papel	503	0.4	3.2	0.107
4811 Papel/cartão/pasta celulose, revesto/colorido/impreso/etc, em rolos/folhas	490	0.4	3.3	0.327
4819 Caixas/sacos/embalagens/cartonagens, de papel/cartão/pasta de celulose	340	0.2	2.4	0.027
<b>28 Químicos inorgânicos; compostos de met precioso/s isotópos/semelh</b>	<b>2 397</b>	<b>1.7</b>	<b>2.7</b>	<b>0.016</b>
<i>dos quais:</i>				
2818 Corindo artificial; óxido e hidróxido de alumínio	1 617	1.2	11.6	
2844 Elementos/sótopos radioactivos; misturas e residuos (urânio/plutónio/tório)	245	0.2	1.9	

**Nota:** Os 12 capítulos considerados (SH-2), representam 2/3 das exportações totais em 2006.

**Fontes:** GEE, a partir de dados de base : Fed.Russa - ITC (International Trade Centre); Portugal - INE (exportações Fob convertidas a Cif, e valores em Euros convertidos a US\$ à taxa de câmbio média anual).

## Business Environment Rankings 2008: Ambiente de negócio em Portugal

Ricardo Pinheiro Alves<sup>1</sup>

O *Economist Intelligence Unit* (EIU) divulgou em Agosto o relatório sobre Portugal onde são actualizados para o terceiro trimestre de 2008 os resultados do *Business Environment Rankings* (BER). Os resultados são publicados trimestralmente pela EIU e medem a qualidade e a atractividade esperada do ambiente de negócio em 82 países. O relatório assenta no princípio de que o ambiente de negócio de um país se torna mais atractivo para o investimento quanto mais livre de distorções estiver o funcionamento do seu mercado.

O *ranking* é construído de forma a reflectir o que o EIU considera serem os critérios utilizados pelas empresas multinacionais na formulação das suas estratégias de negócio. Está dividido em dez categorias com igual peso que são apresentadas para dois períodos distintos. O primeiro período, entre 2003 e 2007, refere-se a dados quantitativos históricos e informação resultante de inquéritos a gestores. O segundo, entre 2008 e 2012, resulta das previsões elaboradas pelo EIU com base no primeiro período e traduzem um valor médio para os cinco anos. O *ranking* geral é construído com base no indicador global de ambiente de negócios que resulta de dez diferentes categorias (ver metodologia em anexo).

Os resultados para Portugal no quinquénio 2008-2012 são de um aumento significativo no valor do indicador global relativo ao ambiente de negócio (6,79 para 7,32 numa escala de 1 a 10). Esta evolução positiva entre os dois períodos considerados repete os resultados divulgados em Maio passado, quando os valores relativos ao desempenho de Portugal resultaram na ultrapassagem de três países (Eslovénia, Malásia e Bahrain) e na 'subida' à posição 30 (posição 15 na UE25<sup>2</sup>).

A evolução de Portugal contrasta com a de alguns dos países do sul da Europa, nomeadamente Espanha e Grécia, que 'descem' para as posições 23 e 44, respectivamente. O crescimento do indicador global para o nosso país permite ainda reduzir a distância face à média dos países da Europa Ocidental<sup>3</sup> (que varia entre 7,79 para 8,02). O *ranking* geral para Portugal e para alguns dos principais concorrentes na atracção de investimento foram os seguintes:

**Quadro 1 – Ranking geral para Portugal e países competidores**

Portugal		Espanha		Bulgária		R. Checa		Grécia		Portugal na UE 25 *	
2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012	2003- 2007	2008- 2012
33	30	21	23	47	45	28	28	43	44	16	15

A figura 1 e o quadro 2 apresentam a evolução dos *rankings* de Portugal em cada um dos indicadores considerados. Na primeira coluna do quadro pode observar-se que, no período histórico 2003-2007, os indicadores com valor mais alto foram "Ambiente político", "Comércio internacional" e "Acesso a financiamento". De acordo com o EIU, para 2008-2012 as categorias com evolução mais positiva são "Oportunidades de mercado", "Livre concorrência", "Acesso a financiamento", "Mercado de trabalho" e "Infra-estruturas". As duas últimas colunas mostram ainda que na maioria das categorias Portugal reduziu a distância que o separa do espaço económico onde se encontra integrado, a Europa Ocidental (EO)

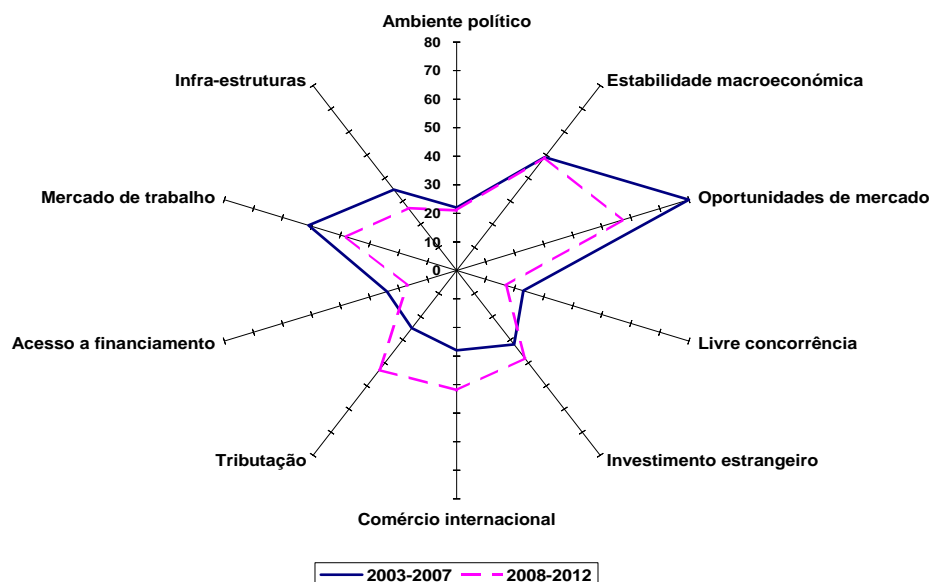
<sup>1</sup> Director de Serviços de Análise Económica e Previsão

<sup>2</sup> UE 27 menos Luxemburgo e Malta

<sup>3</sup> Europa Ocidental: Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido.

A figura 2 apresenta os indicadores para cada categoria juntando a evolução absoluta entre os dois períodos e a diferença face ao valor do indicador global do país. O primeiro quadrante mostra as categorias que estão acima do valor médio de Portugal.

Figura 1 – Evolução do *Ranking* de Portugal por categoria



Quadro 2 – Variação nos resultados de Portugal entre os dois períodos

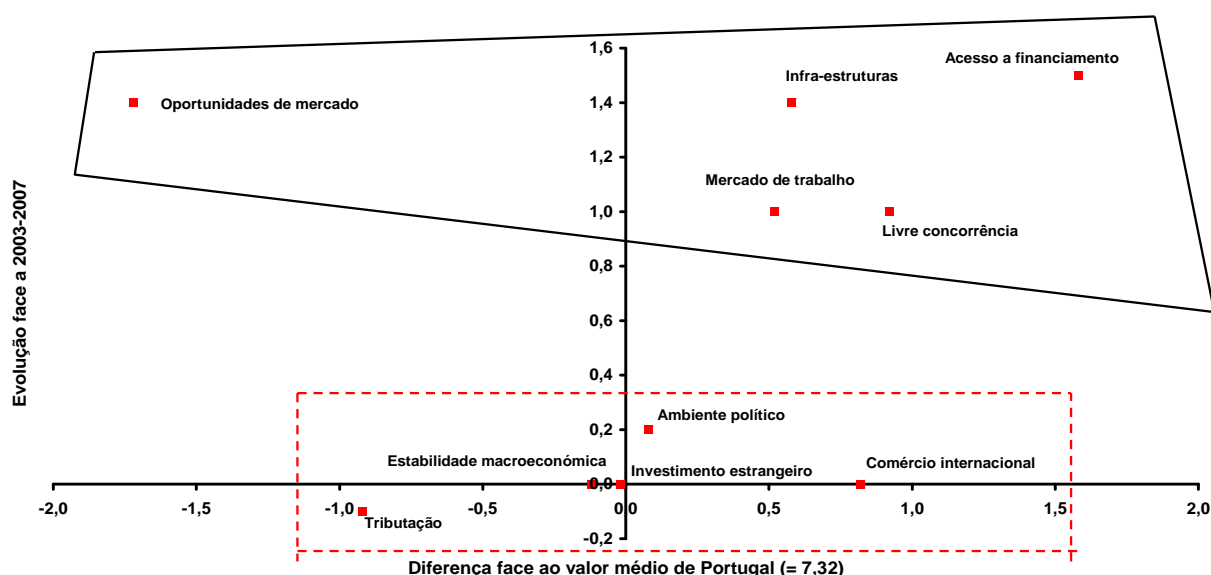
Período 1: 2003-2007 Período 2: 2008-2012	Portugal Valor		Variação	Portugal Ranking por categoria		Variação	Portugal – Europa Ocidental (diferença em valor)	
	1	2	(2-1)	1	2	(1-2)	1	2
Ambiente político	7,4	7,6	0,2	22	21	1	-0,8	-0,7
Estabilidade macroeconómica	7,2	7,2	0	49	49	0	-1	-0,9
Oportunidades de mercado	<b>4,2</b>	<b>5,6</b>	<b>1,4</b>	<b>80</b>	<b>57</b>	<b>23</b>	-2,3	-0,9
Livre concorrência	7,3	8,3	<b>1,0</b>	23	<b>17</b>	<b>6</b>	-0,7	0
Investimento estrangeiro	7,3	7,3	0	32	38	-6	-1,1	-1,2
Comércio internacional	<b>8,2</b>	8,2	0	28	42	-14	-0,3	-0,8
Tributação	6,5	6,4	-0,1	25	43	-18	0,2	-0,3
Acesso a financiamento	7,4	<b>8,9</b>	<b>1,5</b>	24	<b>17</b>	<b>7</b>	-1,2	-0,2
Mercado de trabalho	5,8	6,8	<b>1,0</b>	51	38	<b>13</b>	-1	-0,4
Infra-estruturas	6,5	7,9	<b>1,4</b>	35	27	<b>8</b>	-1,5	-0,7

A evolução das categorias pode dividir-se em três grupos. O primeiro, com impacto positivo significativo no *ranking* geral, inclui 5 categorias que, de acordo com as previsões do EIU, indiciam um aumento da liberalização do ambiente de negócios em Portugal (rodeadas a escuro na figura 2).

A primeira categoria refere-se a “Oportunidades de mercado”, que traduz a integração de Portugal na economia mundial e o crescimento económico e do comércio internacional. A evolução deste indicador está associada às expectativas para o crescimento da Economia Portuguesa relativamente aos seus principais parceiros. Da mesma forma, o crescimento do comércio internacional em 2007, especialmente das exportações, teve também um impacto positivo. Segundo o BER, Portugal ultrapassa 23 países nesta categoria, entre os quais a Grécia, Bulgária, Hungria e Eslovénia, situando-se na 57ª posição no período 2008-2012.

A segunda, “Livre concorrência”, refere-se ao funcionamento do mercado, aos direitos de propriedade e ao modo de intervenção do Estado. Neste âmbito, têm impacto os esforços em termos de simplificação de procedimentos administrativos, e a preocupação de corrigir distorções e de reduzir a interferência do Estado no funcionamento do mercado. Nesta categoria, Portugal sobe 6 lugares no *ranking* para a 17ª posição (10º na média da UE 25), ultrapassando Espanha e França e igualando Noruega, Áustria e Estónia.

Figura 2 – Indicadores de Portugal por categoria em 2008-2012



A terceira é “Acesso a financiamento” que reflecte o funcionamento do sistema financeiro. Portugal regista uma melhoria significativa deste indicador subindo 7 lugares, para 17º (e para 9º na EU 25), igualando Alemanha, Áustria e Espanha, e ultrapassando Itália, Estónia e Chile. Os factores que mais contribuíram para esta melhoria foram as expectativas relativamente ao funcionamento do sector bancário e do mercado de capitais, e o respectivo acesso de investidores ou empresas estrangeiras, e a qualidade da regulamentação.

As características institucionais do “Mercado de trabalho”, nomeadamente a legislação, o nível de concertação, a qualidade e a capacidade da mão-de-obra constituem a quarta categoria com impacto positivo no *ranking* geral. Portugal sobe 13 lugares no *ranking* em 2008-2012, ultrapassando países como Letónia, Lituânia, Eslovénia, Rússia e Brasil, devido ao incremento nos indicadores relativos à flexibilidade do mercado de trabalho e à melhoria em termos de custos unitários do factor trabalho e ao custo de vida suportado pelos trabalhadores.

Finalmente, ao nível da qualidade de “Infra-estruturas”, Portugal regista melhorias em quase todas as áreas abrangidas (em telecomunicações, I&D, transportes, electricidade e distribuição) e sobe 8 lugares (para 27º), ultrapassando Itália, Grécia, Chipre, Hungria e Lituânia.

O segundo grupo apresenta categorias com uma evolução estável (rodeadas a tracejado). A evolução da categoria “Estabilidade macroeconómica” traduz a diminuição do deficit orçamental, pela positiva, e a degradação de um indicador de estabilidade cambial, explicado pelo elevado desequilíbrio da Balança de Transacções Correntes. O *ranking* de Portugal neste indicador para o período 2008-2012 é 49º. No que se refere ao “Ambiente político” (qualidade da burocracia, a capacidade dos Governos em implementar políticas públicas e a existência de conflitos, convulsões sociais ou disputas internacionais), Portugal regista melhorias ao nível da eficácia governamental na formulação e execução de políticas públicas, subindo um lugar relativamente ao *ranking* registado no período 2003-2007 e igualando a classificação de Espanha (21º). As categorias que registam uma evolução nula são “Tributação”, “Comércio internacional” e “Investimento estrangeiro”, onde Portugal se classifica respectivamente em 43º, 42º e 38º.

## Anexo – Metodologia

A metodologia de construção do ranking assenta em dados estatísticos quantitativos históricos (e.g., PIB, inflação, quotas de mercado no comércio internacional) ou com base nas previsões para os 5 anos seguintes realizadas pelo EIU, e em informação de natureza qualitativa resultante de diferentes fontes e inquéritos a gestores no que se refere ao período histórico, e na avaliação do EIU no que se refere ao período futuro. No total, o “ranking” inclui 91 indicadores divididos entre as 10 categorias: Estabilidade e ambiente político, estabilidade macroeconómica, oportunidades de mercado, políticas públicas direccionadas para a livre concorrência, investimento estrangeiro, comércio internacional e controlo cambial, tributação, mercado de trabalho, acesso a financiamento e infra-estruturas.

O “score” para cada categoria resulta da média simples ou ponderada (pelos coeficientes de correlação entre cada indicador e os fluxos de IDE nos anos 2002-2006 e os resultados dos inquéritos a gestores) de diversos indicadores classificados entre 1 (muito mau para o ambiente de negócio) e 5 (muito bom). Aquele valor é depois linearizado para uma escala de 1 a 10. O “ranking” final para o ambiente de negócios em cada país resulta da média simples dos valores obtidos nas dez categorias. O EIU refere que a utilização da média simples reflecte a diversidade de resultados empíricos existentes na literatura sobre a importância relativa de cada um dos determinantes do investimento.

A metodologia utilizada não é totalmente representativa das decisões dos agentes económicos por várias razões. A grande diversidade de fontes e a falta de informação não permitem aferir a representatividade de cada um dos indicadores qualitativos. Por outro lado, o recurso a correlações com IDE para a definição do peso dos indicadores em algumas categorias não é totalmente representativo já que o ambiente de negócio que o “ranking” pretende medir afecta também o investimento doméstico. Finalmente, as variáveis aqui consideradas como representativas dos critérios utilizados pelas empresas transnacionais na formulação das suas estratégias de negócio são limitativas. Outros indicadores que não aparecem como as variáveis internas à empresa ou à gestão e as de índole sectorial não são considerados.

## Ensaio

### The Role of Foreign Direct Investment in the Structural Transformation of Portuguese Exports between 1995 and 2005\*

Miguel Lebre de Freitas (UA, GEE, NIPE)

Ricardo Paes Mamede (ISCTE, Observatório do QREN, Dinâmia)

#### 1. Introduction

In the current debate on the Portuguese economy, there is a view that the country's specialization pattern, traditionally dominated by low-skilled labour intensive products, is a major obstacle to convergence. According to this view, with the emergence of new trading partners with a comparative advantage in labour intensive goods, the future performance of the Portuguese economy will depend critically on its ability to shift its specialization pattern towards goods with higher productivity content. In this article, we investigate the extent to which the Portuguese economy has actually become increasingly specialized in goods with higher income content (measured according to the quantitative indexes proposed by Hausmann et al., 2007) and whether such shift is more evident in sectors with a high presence of FDI.

FDI may have a role in breaking up with the natural inertia underlying the existing specialization patterns, both directly – i.e., creating new productive capacity in new, more advanced activities – and indirectly – e.g., promoting, through knowledge spillovers, the accumulation of experience in new product domains, which help further diversification of the export base (Hausmann and Klinger, 1997); and creating the demand for product-specific services and labour or managerial skills, which would not develop otherwise and which, once in place, create incentives for further investments in related activities (*Trindade*, 2005, Hausmann and Rodrik, 2003; Morris and Shin, 2000).

FDI can thus be viewed as a carrier of structural change in the export specialization of host countries. Not surprisingly, governments all over the world spend large amounts of resources to attract subsidiaries of multinational firms to their jurisdiction, on the basis that FDI can help to break up with the natural inertia underlying the existing specialization patterns. In Portugal, Governments have made significant efforts to support FDI inflows, either through financial incentives (EU funds and tax allowances) or by providing complementary infrastructures. Despite the high year-on-year volatility, FDI net flows to Portugal have a clear upward trend, from 0,43% of GDP in the 1970s to 1,03% in the 1980s, 1,085% in the 1990s and 3,65% in the 2000-2006 period (UNCTAD, 2007). Our evidence gives support to the idea that FDI has in fact played an important role in the process of transforming the Portuguese export sector. If the sophistication of a country export basket is correlated with its future growth – as Hausmann et al. (2007) sustain – then FDI seems to be having a positive impact on the growth prospects of the Portuguese economy.

The paper proceeds as follows. In Section 2, we briefly present the measures used to assess the income content of a country's exports – PRODY and EXPY. In Section 3 we investigate how the Portuguese export basket has

---

\* This article is a short summary of an ongoing paper by the two authors. The authors acknowledge *Paulo Inácio*, *Walter Marques* and *Luis Florindo* for helpful assistance with the data, and *João Amador* and *David Haugh* for helpful comments to an earlier version.

evolved in terms of EXPY and classes of PRODY. In Section 4 we evaluate the extent to which the sectors that most contributed to the Portuguese export growth have a large presence of FDI. Section 5 concludes.

## 2. PRODY and EXPY as measures of income content of exports

We use the Hausmann et al. (2007) PRODY index to assess the sophistication level of products. Formally, the index is defined, for each product, as the weighted average of per capita incomes of countries exporting that product, where the weights are proportional to the country's index of Revealed Comparative Advantage in that good (Balassa, 1958). As a measure of the overall income content of a country's export basket, Hausmann et al. (2007) proposed the EXPY index. This is the average PRODY for each country, where the weights are the share of each product in the country's total exports. We compute these two measures with a sample consisting in 81 countries and 1235 products.<sup>1</sup>

Figure 1 mimics Figure 4 in Hausmann et al. (2007), relating EXPY values and GDP per capita, using our sample. The figure confirms a positive and strong relation between the two variables, with GDP per capita growing exponentially with EXPY<sup>2</sup>. This supports the idea that rich countries export products that tend to be exported by other rich countries, while poor countries export products that tend to be exported by other poor countries.

Hausmann et al. (2007) also found that EXPY is a strong and robust predictor of subsequent economic growth, controlling for standard covariates. In their central case, the estimation results imply that a 10 percent increase in EXPY boosts growth by half a percentage point (p.15 and Table 8, in the original). Because these results are not significantly affected by the presence of other variables, such as physical capital, human capital and institutional quality, the authors concluded that EXPY exerts an independent force on economic growth ("countries become what they export").

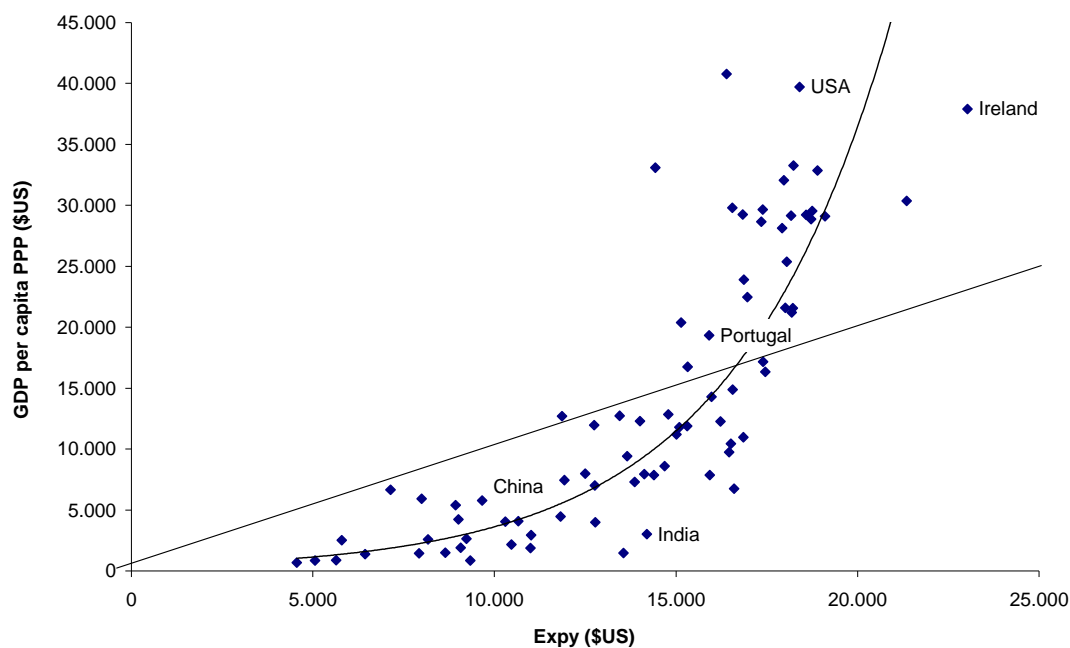
These findings imply that the type of goods in which a country specializes has important implications for subsequent economic performance. Thus, structural transformation, e.g., the change in the specialization pattern towards products with higher implied productivity, shall be part of the agenda for economic growth.

---

<sup>1</sup> Our calculations use international trade data at the product level (SITC-4 rev 2), from the UN-COMTRADE database, as extracted in September 2007 and per capita GDP levels (in PPP) by the International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2008.

<sup>2</sup> A similar pattern is found for 1995.

Figure 1: EXPY and GDP per capita at PPP (2005, \$US)



### 3. Income content, export shares and export growth in Portugal

Because PRODY indexes change over time – according to the changes in the world structure of trade and to changes in GDPs per capita at PPP – EXPY values can be computed at constant PRODY levels or at current PRODY levels. Changes in EXPY at current PRODYs reflect both changes in the structure of exports and changes in the implied value of exports. In this article, we focus on the structural transformation effect, so we abstract from changes in EXPY caused by changes in PRODY values. Hence, the analysis proceeds at constant PRODYs.<sup>3</sup>

The corresponding estimates of EXPY and export shares by classes of PRODY are displayed in Table 1. The table reveals that the average sophistication level of the Portuguese export basket (EXPY) has increased steadily over time, from 14.041 USD in 1990 to 16.603 USD in 2005. This is suggestive of future growth.

To get a sense on how this change came about, exports at constant PRODY values are split into 5 classes of PRODY. The 5 classes considered range from the 20% products with higher PRODY values to the 20% products with lower PRODY values. The table shows that there has been a steady increase in the share of products with “High” and “Very High” income content (from a total weight of 27.8% in 1990 to 44.3% in 2005), at the cost of the classes “Low” and “Very Low” (from 57.9% to 39.5%). This suggests that the increase in the average sophistication of the Portuguese export basket was achieved through a re-allocation of resources from products with low and very low implied productivity to products with higher implied productivity.

<sup>3</sup> The two effects are disentangled in *Lebre de Freitas and Mamede (2008)*. Since we are no longer concerned with international comparisons, in this section and the following we use trade data from the Portuguese National Institute of Statistics (INE), which includes data on confidential positions, thus being more accurate than the COMTRADE database.

**Table 1. The structure of Portuguese Exports by classes of PRODY**

PRODY Class	1990		1995		2000		2005	
	Share on Exports	EXPY	Share on Exports	EXPY	Share on Exports	EXPY	Share on Exports	EXPY
Very High (top 20%)	6,2	1528	8,5	2118	9,4	2363	12,5	3097
High	21,6	4457	25,8	5392	32,8	6982	31,8	6727
Average	14,4	2390	14,2	2363	14,8	2460	16,3	2692
Low	32,1	3743	31,1	3673	27,0	3202	25,6	3049
Very low (20% lowest)	25,8	1923	20,4	1517	15,9	1195	13,9	1036
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>14041</b>	<b>100</b>	<b>15063</b>	<b>100</b>	<b>16202</b>	<b>100</b>	<b>16603</b>

Sources: own calculations, based on INE

**Table 2. Structure of exports by classes of PRODY – Portugal**

PRODY Class	1990		2005		Growth of exports 1990-2005	
	Exports (10 <sup>6</sup> Euros)	Share on Exports	Exports (10 <sup>6</sup> Euros)	Share on Exports	% Change	Contribution (percentage points)
Very High (top 20%)	718,1	6,2	3688,8	12,5	413,7	16,7
High	2508,6	21,6	9358,7	31,8	273,1	38,4
Average	1670,4	14,4	4792,1	16,3	186,9	17,5
Low	3737,2	32,1	7534,2	25,6	101,6	21,3
Very low (20% lowest)	3001,0	25,8	4082,1	13,9	36,0	6,1
<b>Total</b>	<b>11635</b>	<b>100</b>	<b>29456</b>	<b>100</b>	<b>153,2</b>	<b>100</b>

Sources: own calculations, based on INE

Table 2 examines the contributions of the different classes of PRODY to the growth rate of Portuguese exports between 1990 and 2005. According to these data, the growth rate of exports (at current prices) between 1990 and 2005 was of 153%. The classes growing above the average were those with “Very High” (413,7%), “High” (273,1%) and “Average” (186,9%) income content. Because the class “Very High” had initially a modest share in total exports its contribution to total growth is less impressive. Still more than half of the growth in Portuguese exports between 1990 and 2005 was due to products with “High” and “Very High” income content, which represented little more than ¼ of the exports in the beginning of the period. This confirms a trend of structural transformation towards a specialization pattern more based on “rich country goods”.

#### 4. FDI, export growth and structural transformation in Portugal

In this section we assess the extent to which Foreign Direct Investment (FDI) had a role in the process of structural transformation of the Portuguese Economy between 1995 and 2005. For this purpose, we estimate the share of foreign firms in the Portuguese exports by product category, using data collected by the Portuguese Ministry of Labour and Social Solidarity on the composition of firms’ capital by nationality of owners (see details in *Lebre de Freitas and Mamede, 2008*).

Table 3: The role of FDI in Portuguese exports by classes of PRODY<sup>4</sup>

Prody Class in 2005	number of product classes	share of exports (%)		contribution to export growth (%)	share of FDI in total exports (%)		share of exports by foreign firms (%)	
		1995	2005		1995	2005	1995	2005
<b>very high (20% high)</b>	217	8	10	13	34	43	9	13
<b>high</b>	235	25	31	40	50	56	40	50
<b>median</b>	216	14	16	19	33	33	14	16
<b>low</b>	215	30	25	17	25	17	23	12
<b>very low (lowest 20)</b>	211	20	13	4	23	24	14	9
<b>All products</b>	1094	97	96	93	33	36	100	100

Sources: own calculations based on INE and GEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Notes: the table does not include data on 140 product classes, for which there is no data available on the presence of FDI; the share of FDI in each group is calculated as the weighted average of the FDI shares in the exports in each product, with the weights given by the share of each product in the exports of the group; firms are considered 'foreign' if the percentage of capital held by non-nationals is greater or equal to 50%.

Table 3 displays data on the role of FDI in the evolution of Portuguese exports by PRODY classes. According to our estimates, the share of FDI in total exports increased from 33% in 1995 to 36% in 2005, the increase being mostly concentrated in the products with "High" and "Very High" income content. Furthermore, exports of "High" and "Very High" PRODY value had the biggest proportions of FDI in 2005 (56% and 43%, respectively). Those two classes of products were responsible for more than half of the increase in exports in the period. These figures suggest that FDI played a relevant role not only in the growth of Portuguese exports during the period, but also in improving the income content of those exports.<sup>5</sup>

The role of FDI in the structural transformation of Portuguese exports can also be analysed by organizing the export products according to their revealed comparative advantage (RCA) in 1995 and in 2005. In Table 4 we consider four types of products: the 'classics' (i.e., products in which Portugal had a revealed comparative advantage both in 1995 and 2005); the 'marginal' (products in which Portugal did not have a RCA in none of the years); the 'emerging' (products in which Portugal gained a RCA between 1995 and 2005); and finally the 'decaying' (products in which Portugal had a RCA in 1995 but not in 2005).<sup>6</sup>

<sup>4</sup> In this and in the following tables, the share of FDI in each group is calculated as the weighted average of the FDI shares in the exports in each product, with the weights given by the share of each product in the exports of the group (for further details see appendix 3 in *Lebre de Freitas and Mamede, 2008*).

<sup>5</sup> This result questions the IMF (2008) conclusion that FDI did not contribute to boosting export performance or to upgrade Portuguese exports. That conclusion is formulated observing that: (i) the sectors which experienced an increase in the shares of FDI since the mid-1990s were typically those with a lower growth of international demand, and (ii) rising FDI flows to high-tech sectors were offset by increasing low-tech FDI. The data used by the IMF have however a higher level of aggregation than ours and are also very different in nature: FDI flows by sector, in contrast to the share of exports by foreign controlled firms, broken down by income content.

<sup>6</sup> We partially borrow these expressions from Boccoardo et al. (2007).

**Table 4: The role of FDI in Portuguese exports by evolution of RCA**

Types of products	number of product classes	share of exports (%)		contribution to export growth (%)	share of FDI in total exports (%)		share of exports by foreign firms (%)	
		1995	2005		1995	2005	1995	2005
<i>classics</i>	175	67	54	35	26	26	54	41
<i>marginal</i>	682	12	15	19	33	46	12	20
<i>emerging</i>	110	10	24	45	64	52	21	36
<i>decaying</i>	51	8	2	-5	52	46	13	3
<b>All products</b>	1094	97	96	93	33	36	100	100

Sources: own calculations based on INE and GEP/MTSS, Quadros de Pessoal

Notes: the table does not include data on 140 product classes, for which there is no data available on the presence of FDI; the share of FDI in each group is calculated as the weighted average of the FDI shares in the exports in each product, with the weights given by the share of each product in the exports of the group; firms are considered 'foreign' if the percentage of capital held by non-nationals is greater or equal to 50%.

According to Table 4, the 'emerging' products was the group that contributed the most to the increase in exports (45%), reflecting the role of non-traditional products to the expansion of the Portuguese export sector. This is also the group of products in which the share of FDI in total exports was highest both in 1995 (64%) and in 2005 (52%).

The last column on the right in Table 4 shows that the 'emerging' group of products concentrated 36% of the exports by foreign firms, while the 'classics' were responsible for 41% of those exports. While this suggests that FDI is still mostly directed to exports in which Portugal had a traditional comparative advantage, new products are gaining relevance: in fact, both the 'emerging' and the 'marginal' have increased their contribution to foreign-commanded exports (56%, jointly, in 2005, against 33% in 1995). This contrasts to what happened with the 'classics' and the 'decaying'.

Table 5 illustrates the results discussed in this section by providing information on the 20 product categories that have contributed the most for the growth in Portuguese exports between 1995 and 2005 (these were responsible for 60% of the total increase in exports during this period). In the table we see that FDI accounted for at least 2/3 of the exports in 2005 in 8 out of those 20 product categories. With two exceptions the share of FDI in these FDI-dominated products was already significant in 1995. Only 3 of these 8 cases consist in 'classic' exports (the others being non-traditional products). And in all but two of these products (namely, cigarettes and rubber tyres), the income content is either "High" or "Very High".

This table also illustrates the relevance of the automotive and related industries in the processes discussed above: Motor cars and Parts and accessories of motor vehicles, both classified as products with high Prody values and with a significant presence of foreign firms, are responsible for 19% of the growth observed in exports.

## 5. Conclusions

In this paper we show that the average income content of Portuguese exports (as reflected in the value of EXPY) has grown in recent years, suggesting that Portugal has been able to shift its specialization pattern toward products of higher productivity content. These accords with the recent findings of *Caldeira Cabral* (2008), who made a similar assessment using a classification of products based on technological intensity.

Analysing in greater detail the evolution in the Portuguese export structure, we find that such improvement was characterised by a fast increase in the classes of products with "High" and "Very High" income content. Between 1990 and 2005, the class of exports of "Very High" income content grew 413% between 1990 and 2005, followed

by the class of “High” income content, which grew at 273%. In terms of contributions, these two classes explain 55% of total export growth.

Taking into account the presence of FDI in the different export products, we find that the share of foreign firms in 2005 was higher than average for products with “High” and “Very High” income content (56% and 43%, respectively). Those two classes of products concentrated almost 2/3 of exports by foreign firms in Portugal in 2005.

All these pieces of evidence suggest that FDI played a relevant role both in the growth of Portuguese exports during the period and in increasing their income content.

We mentioned in Section 2 the results by Hausmann et al. (2007) showing that structural transformation (shifting the specialization pattern towards products with higher productivity content) is a leading indicator of economic performance. The results in this paper suggest that Portugal has indeed move its specialization pattern towards “rich country goods” and that FDI has played a positive role in this process.

**Table 5: Top 20 products in terms of contribution to export growth**

Code	Commodity	share of exports in 2005 (%)	contribution to export growth (%)	share of FDI in exports in 1995 (%)	share of FDI in exports in 2005 (%)	Prody value in 2005	RCA class
8.703	Motor cars and other motor vehicles principally designed for the transport ...	7	11	99	84	High	emerging
8.708	Parts and accessories of the motor vehicles of headings 87.01 to 87.05.	4	8	56	66	High	emerging
8.473	Parts and accessories for use with machines of heading 84.69 to 84.72	2	5	28	n.a.	Very High	emerging
2.710	Petroleum oils, other than crude	4	5	0	0	Low	classics
9.401	Seats (other than those of heading 94.02), whether or not convertible into ...	2	3	5	0	Median	classics
4.802	Uncoated paper and paperboard, of a kind used for writing	2	3	1	0	Very High	classics
8.527	Reception apparatus for radio-telephony, radio-telegraphy or radio-broadcas ...	3	3	93	98	High	classics
8.542	Electronic integrated circuits and microassemblies.	2	3	80	95	Very High	marginal
6.109	T-shirts, singlets and other vests, knitted or crocheted.	2	3	31	33	Very low	classics
4.011	New pneumatic tyres, of rubber.	1	3	75	93	Median	classics
7.601	Unwrought aluminium.	1	2	0	12	Median	emerging
2.402	Cigars, cheroots, cigarillos and cigarettes	1	2	4	85	Very low	emerging
3.004	Medicaments (excluding goods of heading 30.02, 30.05 or 30.06)	1	2	38	36	Very High	marginal
8.481	Taps, cocks, valves and similar appliances for pipes, boiler shells	1	1	14	78	High	emerging
7.214	Other bars and rods of iron or non-alloy steel, not further worked than for ...	1	1	0	0	Low	emerging
2.204	Wine of fresh grapes, including fortified wines	2	1	31	18	Low	classics
2.901	Acyclic hydrocarbons.	1	1	5	73	High	classics
4.504	Agglomerated cork (with or without a binding substance)	1	1	8	8	High	classics
8.480	Moulding boxes for metal foundry; mould bases; moulding patterns	1	1	4	6	High	classics
4.503	Articles of natural cork.	1	1	8	8	High	classics
<b>Total of 20 products contributing most to export growth</b>		<b>39</b>	<b>60</b>	<b>46</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## References

- Balassa, B., 1965. "Trade Liberalization and 'Revealed' Comparative Advantage", The Manchester School of Economic and Social Studies, vol. 33(2), pp. 99-123.
- Boccardo, J. , Chandra, V., Li, Y., Osorio, I., 2007. "Why export sophistication matters for growth?" Mimeo.
- Caldeira Cabral, M.*, 2008. "Export diversification and technological improvement: recent trends in the Portuguese Economy", GEE Papers Nº 6, GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e Inovação, Lisbon.
- Hausmann, R. and B. Klinger, 2007. "The structure of the product space and the evolution of the comparative advantage", Center for International Development, Harvard University.
- Hausmann, R. and D. Rodrik, 2003. "Economic Development as Self-Discovery"; Journal of Development Economics 72, 603-633
- Hausmann, R., Hwang, J. and D. Rodrik, 2007. "What you export matters", Journal of Economic Growth 12, 1-25.
- International Monetary Fund, 2007. World Economic Outlook Database, April.
- International Monetary Fund, 2008. "France, Greece, Italy, Portugal, and Spain – Competitiveness in the Southern Euro Area". IMF Country Report No. 08/145.
- Lebre de Freitas, M. and Mamede, R.*, 2008, "Structural Transformation of Portuguese Exports and the role of Foreign Direct Investment: some descriptive analysis for the period 1990-2005", GEE Papers (forthcoming), GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e Inovação, Lisbon.
- Morris, S., Shin, H., 2000. "Rethinking multiple equilibria in macroeconomic modelling", NBER Macroeconomics Annual, pp 139-161.
- OECD, 2008. Economic Review – Portugal. OECD, Paris.
- Trindade, V.* 2005. The Big Push, Industrialization and International Trade: the role of exports, Journal of Development Economics 78 (1), 22-48.
- UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development, 2007. World Investment Report 2007.

## Iniciativas e Medidas Legislativas



## INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

### 1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN 7 de Outubro de 2008</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 7 de Outubro de 2008 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Preparação do Conselho Europeu de 15 e 16 de Outubro:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) <i>Situação económica, incluindo EMU@10</i> – Os Ministros adoptaram Conclusões relativas à acção coordenada da UE em reacção ao abrandamento económico, centrando-se nos seguintes pontos: (i) necessidade de implementação de reformas estruturais promotoras de maior resistência das economias e de melhoria da capacidade de ajustamento na UE; (ii) manutenção de prudência na condução da política orçamental; (iii) esforço de restabelecimento da confiança no sistema financeiro; (iv) melhoria das condições de crédito às PME, com contributo por parte do BEI e (v) promoção da dimensão externa do euro, no que se refere ao papel da UE na melhoria da estabilidade financeira internacional e na redução dos desequilíbrios macroeconómicos.</li> </ul> <p>O Conselho aprovou ainda Conclusões sobre a remuneração dos executivos das empresas, salientando o papel fundamental das autoridades nacionais, no sentido de ajudar a definir um quadro regulamentar adequado, que contribua para a melhoria dos princípios da boa governação, da transparência e do direito de controlo por parte dos accionistas.</p> <li>b) <i>Situação dos mercados financeiros e supervisão europeia</i> - O Conselho ECOFIN acordou em dar prioridade ao restabelecimento da confiança e ao funcionamento adequado do sector financeiro, através da definição de um conjunto de princípios comuns, que reforçam as medidas anteriormente tomadas. Ficou, ainda, assente (i) o apoio ao trabalho da Comissão Europeia no sentido de flexibilizar o regime de auxílios estatais, (ii) a necessidade de harmonizar as regras contabilísticas internacionais, (iii) a coordenação rápida entre estados-membros, à luz do Memorando de Entendimento assinado em Junho de 2008, e (iv) o aumento, por um período inicial de um ano, do montante global de depósitos efectivamente garantidos de 20.000 euros para 50.000 euros. Por outro lado, as principais mensagens veiculadas em matéria de estabilidade e supervisão financeira centram-se: (i) na necessidade de melhorar as práticas dos bancos na avaliação da exposição aos riscos, (ii) na necessidade de acelerar os trabalhos em curso sobre o reforço das regras em matéria de estabilidade e supervisão financeira, incluindo a revisão das Directivas dos Requisitos de Capital (CRD); (iii) no apoio à intenção da Comissão de apresentar em breve uma proposta legislativa relativamente às agências de <i>rating</i>; (iv) em assegurar a aplicação integral e atempada do roteiro acordado em Outubro de 2007, em resposta à turbulência financeira; e (v) na necessidade de uma maior convergência e harmonização na aplicação das regras e um reforço da supervisão dos grupos transfronteiriços.</li> <li>c) <i>Volatilidade dos preços do petróleo e das matérias-primas: resposta política</i> – A Presidência francesa apresentou um relatório sobre a situação dos mercados petrolíferos e as possíveis respostas políticas de curto e de médio/longo prazo à subida do preço desta <i>commodity</i>. Este documento indica que (i) no médio/longo prazo, será expectável que o preço do petróleo continue elevado; (ii) a Comissão apresentará uma proposta legislativa para estabelecer o princípio da divulgação semanal</li> </li></ul>

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

dos stocks comerciais de petróleo; *(iii)* serão tomadas medidas de curto prazo, a nível nacional, destinadas a mitigar o impacto desta subida nos sectores mais vulneráveis da população; *(iv)* a forma como os instrumentos financeiros do Banco Europeu de Investimento poderão contribuir para a promoção da eficiência energética.

- **Serviços financeiros - proposta de Directiva Solvência II:** O Conselho ECOFIN procedeu a uma troca de pontos de vista sobre esta proposta de Directiva, a qual visa aumentar a integração do mercado europeu de seguros, reforçar a protecção dos segurados e beneficiários, aumentar a competitividade das empresas de seguro e resseguro europeias, e incentivar a melhoria da legislação neste sector, bem como, estabelecer um novo quadro para a regulação e supervisão na UE. Algumas questões serão discutidas no próximo ECOFIN, nomeadamente as relativas à supervisão e, em particular, o equilíbrio de poderes e responsabilidades entre as autoridades nacionais na supervisão de grupos seguradores.

- **Fiscalidade**

*a) Luta contra a fraude fiscal:* O Conselho aprovou conclusões sobre a rede *Eurofisc* - rede descentralizada de troca de informações sobre a fraude no IVA entre os estados-membros, não dotado de personalidade jurídica, que deve obedecer a quatro objectivos: a liberdade de cada estado-membro de participar em cada uma das missões da rede; a participação activa na troca de informações; a confidencialidade das informações trocadas e a ausência de encargos suplementares para os operadores. A rede *Eurofisc* terá igualmente as seguintes missões: constituir um dispositivo de alerta rápido multilateral em matéria de luta contra as fraudes no IVA, bem como coordenar as trocas de informações e de trabalhos entre os estados-membros participantes.

*b) Taxas reduzidas de IVA:* Realizou-se uma troca de pontos de vista sobre o impacto económico e orçamental das taxas reduzidas de IVA, sobre as suas vantagens e inconvenientes, bem como sobre a questão de saber se elas constituem um instrumento apropriado para atingir objectivos de política sectorial.

Reunião do Conselho Europeu

15-16 de Outubro de 2008

Na reunião do Conselho Europeu, os Chefes de Estado e de Governo discutiram, entre outras, as questões preparadas pelo Conselho ECOFIN na sua reunião de 7 de Outubro, com particular incidência nas questões financeiras. Nesta discussão, as conclusões do referido ECOFIN foram reforçadas: *(i)* a nível do sistema financeiro foi novamente salientada a necessidade do reforço da supervisão do sector financeiro europeu, nomeadamente a supervisão de grupos transfronteiriços; *(ii)* ao nível da resposta ao abrandamento económico foi acolhida a decisão do Banco Europeu de Investimento de mobilização de 30 mil milhões de euros para o apoio às PME's europeias, bem como o seu compromisso de acelerar a possibilidade de intervir em projectos de infra-estruturas.

Por outro lado, merece igualmente destaque a aprovação de uma "célula para a crise financeira" cujo objectivo será permitir que as acções, num contexto de crise, sejam efectivamente tomadas de uma forma célere. Este mecanismo assegurará uma coordenação ao nível das acções a tomar pelos estados-membros.

Orçamento do Estado para 2009 – medidas para as empresas

Com o objectivo de ajudar as empresas a enfrentar a difícil envolvente económica internacional a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2009 prevê a redução da taxa de IRC de 25% para 12,5% nos primeiros 12 500 euros de matéria colectável, passando a haver dois escalões neste imposto (12,5% até aos 12 500 euros, e 25%, para os valores superiores).

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

Adicionalmente é prorrogado o prazo de vigência do novo regime fiscal da Interioridade. A redução da taxa de IRC aplicável a este regime é de 15% para a generalidade dos casos e de 10% para a instalação de novas entidades (limitado aos primeiros cinco anos de actividade).

A proposta de OE prevê ainda a alteração dos montantes dos pagamentos por conta a efectuar pelas empresas durante o próximo ano. As Pequenas e Médias Empresas (PME), com volume de negócios inferior a 498.797,9 euros, passam a pagar o equivalente a 70% da colecta do ano anterior, enquanto que as restantes empresas pagarão 90%.

O OE para 2009 propõe uma autorização legislativa para que o Governo possa alterar o regime fiscal contratual aplicável aos investimentos em Portugal. Assim, propõe-se a alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais de modo a: alargar o prazo de vigência dos benefícios fiscais até 2020; explicitar o âmbito das actividades económicas susceptíveis de concessão dos benefícios fiscais em causa; rever as condições de elegibilidade dos projectos em termos do efeito estruturante na economia, criação e qualificação de postos de trabalho e contributo para a inovação tecnológica; rever as condições de contratualização, fiscalização e acompanhamento do projecto elegível.

O OE para 2009 inclui ainda medidas para o apoio à actividade empresarial e ao reforço da competitividade da economia nacional como o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento - SIFIDE. A reposição destes incentivos visa a dinamização do I&D empresarial prevendo a cooperação com as Universidades e outras Instituições de investigação, através da dotação de verbas provenientes do Plano Tecnológico. A meta proposta foi de triplicar o investimento em actividades de I&D nas empresas estabelecidas em Portugal.

PME Investe II -  
Investimento

Foi formalizada a nova linha de crédito PME Investe II no valor de mil milhões de euros e destinada a apoiar as Pequenas e Médias Empresas. A nova linha de crédito pratica uma taxa de juro inferior à Euribor em 0,5%, prevê um período de carência e inclui uma garantia pública de 50% do valor dos financiamentos.

No âmbito do montante global da linha PME Investe II são criadas linhas específicas dirigidas ao:

- a) Sector do Comércio – No valor até 200 milhões de euros.
- b) Sector da Restauração – No valor até 50 milhões de euros.

Os critérios de acesso à linha PME Investe II são:

- Ser PME certificada pela Declaração Electrónica do IAPMEI;
- Ter a sede social localizada em Portugal continental;
- Exercer actividade (CAE) nos sectores elegíveis no QREN;
- Não ter qualquer incidente por justificar junto da banca e/ou situações por regularizar na Administração Fiscal ou na Segurança Social;
- Não ter sido beneficiária da Linha PME Investe I;
- Não ter beneficiado dos incentivos do QREN para as aplicações a financiar no âmbito do PME Investe II;
- Cada empresa não apresentar mais do que uma candidatura.

Para informação detalhada sobre condições e processo de candidatura consultar: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=2461>.

INICIATIVA	SUMÁRIO
	O PME Investe I contou com grande adesão tendo rapidamente esgotado o seu capital de 750 milhões de euros.
Investimento	<p>Em Conselho de Ministros de 2 de Outubro de 2008 foram aprovadas as minutas do contrato de investimento, e dos respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, e a <i>Kirchhoff Automotive Deutschland</i>, GmbH., e a Gametal, Metalúrgia da Gandarinha, S.A., que tem por objecto a expansão e modernização da unidade fabril desta última sociedade, localizada em Oliveira de Azeméis.</p> <p>O projecto de investimento da Gametal destina-se à produção de componentes e subconjuntos de pequena e/ou média dimensão, estampados, soldados, pintados e montagem de componentes metalúrgicos, permitindo o reforço da capacidade produtiva, inovação e tecnologia da empresa. O investimento ascende a 7,3 milhões de euros, envolve a criação de 35 postos de trabalho e a manutenção de 297, e prevê atingir, em 2014, ano do termo da vigência do contrato, um volume de vendas de cerca de 363 milhões de euros e um valor acrescentado de aproximadamente 92 milhões de euros (valores acumulados desde o ano de 2006).</p>

## 2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Constituição Imediata de Associações</i></p> <p>Portaria n.º 1092/2008 - I Série n.º 188, de 29/09</p>	Alarga a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações às seguintes Conservatórias do Registo Comercial: Águeda, Barreiro, Caldas da Rainha, Covilhã, Figueira da Foz, Horta, Maia e Óbidos. Esta atribuição de competências tem efeitos a partir de 31 de Outubro de 2008.
<p><i>Propriedade Industrial – Taxas</i></p> <p>Portaria n.º 1098/2008 - I Série n.º 189, de 30/09</p>	Aprova as taxas relativas a actos e serviços prestados no âmbito da propriedade industrial. Os registos de nomes e insígnias de estabelecimento que se encontrem vigentes à data de entrada em vigor da presente portaria (1 de Outubro de 2008) ficam sujeitos às taxas previstas para os logótipos. As taxas agora aprovadas são actualizadas anualmente, no dia 1 de Julho de cada ano, em função da evolução do índice anual de preços ao consumidor. A actualização destas taxas será disponibilizada no sítio na Internet do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Revoga a Portaria n.º 418/98, de 21 de Julho, alterada pelas Portarias n.º 1430-A/2006, de 22 de Dezembro e n.º 1298/2007, de 2 de Outubro.
<p><i>Tarifas de Gás Natural</i></p> <p>Despacho 24493/2008 - II Série Parte E n.º 189, de 30/09</p>	Aprova a revisão trimestral dos preços das tarifas de energia de gás natural a aplicar no 4.º trimestre de 2008.
<p><i>Combustíveis - Indicação de Preços</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 120/2008 - I Série n.º 132, de 10/07</p>	Estabelece, no âmbito do regime de obrigatoriedade de indicação do preço de venda a retalho dos combustíveis, que os custos inerentes à instalação, conservação e manutenção dos painéis comparativos do preço de venda a retalho dos combustíveis são da responsabilidade do titular dos postos de abastecimento. O presente diploma entra em vigor a 7 de Novembro de 2008 e altera o Decreto-Lei n.º 170/2005, de 10 de Outubro.
<p><i>Contrato de Trabalho na Função Pública</i></p> <p>Lei n.º 59/2008 - I Série n.º 176, de 11/09</p>	Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP). O contrato de trabalho em funções públicas passará a ser a modalidade regra na constituição das relações jurídicas de emprego público. O RCTFP segue, na sua generalidade, o regime fixado no Código do Trabalho e sua regulamentação. A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2009.
<p><i>Reprivatização da Galp Energia</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 185/2008 - I Série n.º 182, de 19/09</p>	Aprova a 5.ª fase de reprivatização do capital social da Galp Energia, SGPS, S. A., sociedade aberta, que se concretiza através de uma emissão pela Párpública, Participações Públicas, SGPS, S.A. de obrigações susceptíveis de permuta ou de reembolso com acções representativas de um máximo de 7% do capital social da Galp. A emissão de obrigações susceptíveis de permuta ou reembolso com acções representativas do capital social da Galp é realizada mediante venda directa dirigida a investidores institucionais nacionais ou estrangeiros. As condições finais e concretas das operações necessárias à concretização da alienação das acções serão posteriormente aprovadas por resolução do Conselho de Ministros.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Programa de Intervenção do Turismo – QREN 2007-2013</i>	Fixa em 6 milhões de euros a dotação orçamental da Linha de Apoio II do Programa de Intervenção do Turismo (PIT) para o ano de 2009.
Despacho normativo n.º 49/2008 - II Série Parte C n.º 185, de 24/09	
<i>Apoios e Incentivos</i>	Estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros das medidas INOV-JOVEM, INOV Contacto, INOV Vasco da Gama, INOV-ART e INOV Mundus. Estes apoios têm por objectivo promover a qualificação e a inserção de jovens qualificados nas PME instaladas em Portugal, em empresas e organizações internacionais em áreas chave do conhecimento, em entidades de referência ligadas à cultura e às artes, e em organizações internacionais que actuem na área da cooperação para o desenvolvimento. As medidas terão como entidades gestoras: O Instituto do Emprego e Formação Profissional para o INOV-JOVEM; A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal para o INOV Contacto e o INOV Vasco da Gama; A Direcção-Geral das Artes para o INOV-ART; O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. para o INOV Mundus. Pela presente portaria são também aprovados os regulamentos e definidas as normas de funcionamento e acompanhamento de cada uma destas medidas. É revogada a Portaria n.º 586-A/2005, de 8 de Julho. No entanto, apesar da revogada, esta portaria continua a ser aplicável às candidaturas apresentadas no âmbito da sua vigência. O presente diploma entra em vigor a 3 de Outubro de 2008 e vigora até 3 de Outubro de 2011.
Portaria n.º 1103/2008 - I Série n.º 191, de 2/10	
<i>Instalações de Armazenamento de Produtos do Petróleo</i>	Simplifica os procedimentos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis tendo em vista a promoção de uma maior concorrência no sector. Com este objectivo são encurtados os prazos do processo de licenciamento e disponibilizados meios mais simples para cumprimento das obrigações por parte dos agentes económicos. Permite-se, tanto quanto seja possível, a conjugação dos procedimentos relativos ao licenciamento técnico a ao licenciamento da obra. Regulamentam-se as condições em que se pode efectuar o fornecimento de gásóleo de aquecimento em unidades instaladas em áreas afectas a postos de abastecimento de combustíveis. O presente diploma, que altera o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, entra em vigor a 5 de Novembro de 2008.
Decreto-Lei n.º 195/2008 - I Série n.º 193, de 06/10	
<i>Centrais de Compras - Administração Pública</i>	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras nos termos do Código dos Contratos Públicos. Trata-se de sistemas de negociação e aquisição centralizados em benefício das entidades adjudicantes, podendo os mesmos ser geridos por quaisquer entidades ou serviços. As principais actividades das centrais de compras referem-se à adjudicação de propostas, a pedido e em representação das entidades adjudicantes, à locação ou aquisição de bens e serviços ou à execução de empreitadas de obras públicas destinados a entidades adjudicantes. Relativamente ao Estado, determina-se que as respectivas centrais de compras são as definidas no Sistema Nacional de Compras Públicas, ou seja, Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, e Unidades Ministeriais de Compras. O presente diploma entra em vigor a 10 de Outubro de 2008.
Decreto-Lei n.º 200/2008 - I Série n.º 196, de 9/10	
<i>Programa Operacional de Factores de Competitividade</i>	Determina a extinção, com efeitos a 1 de Outubro de 2008, da Autoridade do Gabinete de Gestão do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME). As atribuições, direitos e obrigações desta entidade serão assumidas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Factores de Competitividade (POFC).
Despacho n.º 25290/2008 - II Série n.º 197, de 10/10	
<i>Central de Responsabilidades de Crédito</i>	Aprova o regime jurídico relativo à Central de Responsabilidades de Crédito. Pretende-se com este novo regime modernizar e dotar de maior fiabilidade o actual regime jurídico que rege o serviço de centralização de riscos de crédito, gerido pelo Banco de Portugal. Deste modo, prevêem-se medidas que permitem complementar a informação disponível junto do Banco de Portugal, de modo a promover a eficiência na agregação das responsabilidades de crédito de cada cliente e a fiabilidade dos dados que são disponibilizados. Paralelamente, facilita-se o acesso a essa informação por parte das entidades responsáveis pela concessão de crédito. Espera-se que, desta forma, fiquem reforçadas as condições de análise de solvabilidade do consumidor prévia à concessão do crédito, no sentido de permitir uma adequada aferição do risco e a prevenção de situações de sobreendividamento. Revoga o Decreto-Lei n.º 29/96, de 11 de Abril.
Decreto-Lei n.º 204/2008 - I Série n.º 199, de 14/10	
<i>Índices de Custos de Mão-de-Obra</i>	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2008, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.
Aviso n.º 25086/2008 - II Série Parte C n.º 201, de 16/10	
<i>Sistema Financeiro - Garantias do Estado</i>	Estabelece, no âmbito do sistema financeiro, a possibilidade de concessão extraordinária de garantias pelo Estado. Face à conjuntura financeira

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Lei n.º 60-A/2008 - I Série n.º 203, de 20/10 (1.º Suplemento)	internacional, o Governo institui um regime extraordinário de concessão de garantias do Estado com o objectivo de reforçar a estabilidade e a liquidez no sistema financeiro nacional, em condições que permitam assegurar o regular financiamento da actividade económica. As garantias a conceder ao abrigo da presente lei podem atingir um montante até 20 mil milhões de euros. A presente lei entra em vigor em 21 de Outubro de 2008. No entanto, diversos aspectos, como é o caso dos elementos a juntar ao pedido de garantia, os mecanismos de accionamento das garantias, os termos relativos à prestação de contra-garantias, os elementos de informação a prestar e outras obrigações acessórias, ficam dependentes de regulamentação através de portaria do Ministério das Finanças.

## Abreviaturas Utilizadas



## Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	Institute for Supply Management		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

## Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.  
 : representa valor não disponível.  
 - não se aplica.